

**RENOVA ENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022**

RENOVA ENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas - informação complementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial** e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial** e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram executadas as seguintes ações previstas nos planos: i) conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A; ii) conclusão da alienação da UPI Enerbras (Nota Explicativa nº 1.2.1); iii) quitação de empréstimo junto ao BTG; iv) pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento; v) conversão de créditos em ações. A Companhia e suas controladas vêm atendendo ao previsto nos Planos, sendo os eventuais recursos e questionamentos defendidos com êxito pela Administração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de Impairment de ativo imobilizado

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas possuem registrado em seu ativo imobilizado o montante de R\$ 2.686.601 mil (consolidado). A maior parte dos bens e direitos envolvidos estão relacionados as suas operações com expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, em caso de indícios de irrecuperabilidade, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) /IAS36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado do teste anual de recuperabilidade desses ativos em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não observaram a existência de indicativos de desvalorização de certos ativos imobilizados, e consequentemente reverteram parte da perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 819.755 mil, reconhecida em exercícios anteriores, conforme divulgado na nota explicativa 1.5. A Companhia e suas controladas realizam teste de impairment, baseado no valor em uso, o qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, considera o método do fluxo de caixa descontado, o qual possui diversas premissas, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação e crescimento econômico que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos, além do volume e preço de venda de energia, prazos de continuidade da operação e gastos para reparação e manutenção dos equipamentos, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e suas controladas e às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos por parte da Administração. Consideramos que esse assunto como principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria realizados foram os seguintes:

- (i) Análise das projeções de resultados e do julgamento empregado pela Administração da Companhia e suas controladas nas estimativas aplicadas;
- (ii) Avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas nas projeções de resultados;
- (iii) Avaliação se a metodologia empregada na determinação de aspectos como taxa de desconto, modelo de cálculo, dentre os aspectos requeridos;
- (iv) Confronto de informações históricas inseridas no cálculo, com base nas informações contábeis da Companhia e suas controladas;
- (v) Verificação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem o valor recuperável dos referidos bens do ativo imobilizado, bem como as divulgações sobre esse assunto nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos de natureza civil, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Com base na opinião de seus assessores jurídicos e no melhor entendimento da Administração, em 31 de dezembro de 2022, para os processos considerados de perda provável, foi constituída provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas no montante de R\$ 196.614 mil (consolidado). Adicionalmente, existem diversos processos de natureza civil e trabalhista, considerados como de perda possível pelos assessores jurídicos, no montante de R\$ 409.121 mil, para os quais nenhuma provisão para contingência foi constituída. Consideramos que esse assunto foi importante na nossa auditoria em função da relevância dos valores envolvidos nos processos, o alto grau de julgamento que envolve a classificação das chances de êxito de cada processo e a estimativa de valor, a determinação se uma provisão deve ser constituída e a probabilidade de desembolso financeiro.

Plano de Recuperação Judicial - venda de ativos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, em 18 de dezembro de 2020, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores e teve a decisão proferida e homologada. O plano inicial foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às sociedades do Projeto Alto Sertão III - Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais sociedades em recuperação judicial. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, seguindo o objetivo de recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas foram concluídas as vendas de diversos ativos, conforme previsto no plano: UPI Enerbras e UPI Cordilheira dos ventos. Considerando os eventos existentes e a relevância dos valores envolvidos nas vendas desses ativos, assim como, a complexidade dos critérios de reconhecimento de receitas e custos, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Entendimentos sobre os controles internos que envolvem a identificação, a constituição de passivos e as divulgações das contingências em nota explicativa;
- (ii) Obtenção de confirmação externa diretamente com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos;
- (iii) Discussão com a Administração acerca da classificação das chances de êxito de cada processo e a evolução dos principais processos judiciais em aberto;
- (iv) Verificação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base na execução dos procedimentos acima mencionados, consideramos que as estimativas das provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas estão adequadas, assim como as divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Leitura e análise da documentação relacionada aos processos de vendas dos ativos;
- (ii) Verificação dos recebimentos dos recursos originados das vendas dos ativos;
- (iii) Revisão dos critérios contábeis de reconhecimento de receita e custo;
- (iv) Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base nos procedimentos acima executados, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre esse assunto nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas - informação suplementar

As Demonstrações, individual e consolidada, do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 28 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC 1 BA 017715/O-5 - S - SP

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

31 de dezembro de 2022





ÍNDICE

(Página)

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado	10

NOTAS EXPLICATIVAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS	11
2. Principais políticas contábeis.....	19
3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas	27
4. Das autorizações vigentes	29
5. Comercialização de energia.....	31
6. Segmentos operacionais.....	31
7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	33
8. Contas a receber de clientes	33
9. Tributos a recuperar	34
10. Investimentos	35
11. Imobilizado	43
12. Direito de uso – Arrendamentos	52
13. Fornecedores.....	54
14. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas	55
15. Tributos a recolher	61
16. Contas a receber e a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado).....	62
17. Outras contas a pagar.....	63
18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.....	65
19. Provisão para contrato oneroso.....	69
20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas	70
21. Receita líquida	71
22. Custos e despesas (receitas).....	72
23. Resultado financeiro.....	73
24. Imposto de renda e contribuição social	74
25. Transações com partes relacionadas.....	75
26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	81
27. Lucro (prejuízo) por ação.....	87
28. Ativos classificados como mantidos para venda	88
29. Cobertura de Seguros	90
30. Transações não envolvendo caixa	91
31. Eventos subsequentes.....	91



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	7	249	234.209	63.773	354.110
Aplicações financeiras	7	-	-	4.282	5.278
Contas a receber de clientes	8	-	-	30.367	6.231
Tributos a recuperar	9	2.753	1.060	13.032	11.963
Partes relacionadas	25	73.200	51.941	-	-
Dividendos a receber	10.4	-	27.139	-	-
Adiantamentos a fornecedores		1.068	1.520	1.127	1.631
Despesas antecipadas		98	118	3.832	3.736
Outros créditos		211	545	289	566
		77.579	316.532	116.702	383.515
Ativos classificados como mantidos para venda	28	-	177.359	-	335.908
Total dos ativos circulantes		77.579	493.891	116.702	719.423
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	7	278	254	278	254
Depósitos judiciais	14.5.b	8.002	2.802	9.451	3.667
Tributos diferidos		-	-	1.327	-
Partes relacionadas	25	148.810	156.229	-	-
Outros créditos		60	60	60	60
Investimentos	10	1.300.615	468.337	-	-
Imobilizado	11	106.590	5.027	2.686.601	1.557.299
Total dos ativos não circulantes		1.564.355	632.709	2.697.717	1.561.280
TOTAL DOS ATIVOS		1.641.934	1.126.600	2.814.419	2.280.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTES					
Fornecedores	13	10.250	33.057	58.392	115.880
Empréstimos e financiamentos	14	1.425	252.303	49.939	252.508
Tributos a recolher	15	4.824	5.374	15.509	15.719
Salários, encargos e férias a pagar		8.221	9.061	9.111	9.061
Contas a pagar - CCEE/Eletrabras	16	-	-	37.621	36.418
Arrendamentos a pagar	12	3.258	142	3.686	237
Outras contas a pagar	17	87.203	25.667	167.363	100.520
Partes relacionadas	25	30.486	80.346	-	49.860
Provisão para contrato oneroso	19	-	-	-	23.465
		145.667	405.950	341.621	603.668
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	28	-	11.457	-	106.636
Total dos passivos circulantes		145.667	417.407	341.621	710.304
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	13	22.366	31.404	192.924	199.276
Empréstimos e financiamentos	14	31.091	2.583	950.914	944.957
Debêntures privadas	14	61.135	59.950	-	-
Tributos a recolher	15	5.020	7.546	8.030	14.221
Contas a pagar - CCEE/Eletrabras	16	-	-	38.143	38.870
Arrendamentos a pagar	12	7.705	70	22.774	13.240
Partes relacionadas	25	-	766.013	-	742.976
Provisão para perda sobre investimentos	10	268.711	311.226	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	113.416	129.483	196.614	181.068
Provisão para desmantelamento	11.11	-	-	23.235	-
Outras contas a pagar	17	75.861	56.238	129.202	91.111
Total dos passivos não circulantes		585.305	1.364.513	1.561836	2.225.719
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	20	4.139.098	3.349.936	4.139.098	3.349.936
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		1	1	1	1
Prejuízos acumulados		(3.186.380)	(3.963.500)	(3.186.380)	(3.963.500)
Total do patrimônio líquido		910.962	(655.320)	910.962	(655.320)
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		1.641.934	1.126.600	2.814.419	2.280.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	21	-	-	206.403	93.812
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo com compra de energia		-	-	(59.800)	(71.943)
Custo de operação		-	-	(33.409)	(7.998)
Depreciações e amortizações	11	(88)	(84)	(43.747)	(84)
Encargos de uso do sistema de distribuição		-	-	(10.962)	(813)
Total	22	(88)	(84)	(147.918)	(80.838)
RESULTADO BRUTO		(88)	(84)	58.485	12.974
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(13.576)	(15.938)	(89.775)	(103.978)
Depreciações e amortizações	11	(9.263)	(1.526)	(9.907)	(2.031)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	1.5	-	-	819.755	(9.235)
Outras receitas (despesas) líquidas		647	(37.035)	(9.865)	(113.668)
Total	22	(22.192)	(54.499)	710.208	(228.912)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	663.820	(161.789)	-	134.228
Ganho na alienação de ativos	1.2 e 10.3.1.1	233.818	393.995	233.818	395.422
Total		875.446	177.707	944.026	300.738
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		875.358	177.623	1.002.511	313.712
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		8.842	2.983	16.910	13.950
Despesas financeiras		(107.080)	(149.919)	(231.495)	(291.415)
Total	23	(98.238)	(146.936)	(214.585)	(277.465)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		777.120	30.687	787.926	36.247
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	-	(11.145)	(6.010)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	-	339	450
Total	24	-	-	(10.806)	(5.560)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		777.120	30.687	777.120	30.687
Lucro por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	27	5,01	0,41		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	777.120	30.687	777.120	30.687
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	777.120	30.687	777.120	30.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Capital Social		Reservas de capital Ágio	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (negativo) controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações		Ajuste de avaliação patrimonial		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		2.960.776	(41.757)	1	(32.470)	(3.994.187)	(1.107.637)
Aumento de capital social – com emissão de ações		389.160	-	-	-	-	389.160
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	30.687	30.687
Outros resultados abrangentes:							
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto		-	-	-	32.470	-	32.470
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		3.349.936	(41.757)	1	-	(3.963.500)	(655.320)
Aumento de capital social – com emissão de ações	20.b	789.162	-	-	-	-	789.162
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	777.120	777.120
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	20	4.139.098	(41.757)	1	-	(3.186.380)	910.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		777.120	30.687	777.120	30.687
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11	9.351	1.610	53.654	2.096
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	-	(819.755)	9.235
Valor residual do ativo imobilizado baixado	11	-	941	981	941
Comissões e outras penalidades	14.3	384	43.186	384	43.541
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.3	25.113	35.434	137.466	155.676
Apropriação dos custos sobre empréstimos	14.3	-	13.275	-	14.392
Atualização e provisão CCEE/Eletrabras	16.1	-	-	20.717	17.903
Multa sobre ressarcimento	16.1	-	-	7.865	30.312
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	5.529	(1.960)	37.142	48.976
Provisão (reversão) para contrato oneroso	19	-	-	(23.465)	5.130
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	23	(5.174)	(2.708)	(16.795)	(13.428)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	23, 25	57.174	39.484	59.779	39.538
Juros sobre contas a pagar		6.081	2.261	18.816	20.345
Juros sobre passivo de arrendamento	12	2.709	1.809	4.228	5.315
Atualização da provisão para desmantelamento	11.11	-	-	993	-
Atualização de depósitos judiciais		162	(70)	205	(104)
Tributos diferidos		-	-	(740)	(983)
Ganho na alienação de ativos	1.2 e 10.3.1.1	(233.818)	(406.538)	(233.818)	(407.965)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(663.820)	161.789	-	(134.228)
Perda no investimento		-	7.936	-	7.936
Perdão da dívida		-	(125)	-	(125)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	150	(22.633)	(4.207)
Depósitos judiciais		(5.362)	(347)	(6.357)	(635)
Tributos a recuperar		(1.693)	(629)	(117)	750
Despesas antecipadas		20	43	10	(2.508)
Adiantamentos a fornecedores		452	(1.009)	(741)	(1.092)
Outros créditos		334	(286)	277	29
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(37.748)	2.351	(76.550)	37.783
Tributos a recolher		(3.703)	(3.338)	(3.589)	(186)
Salários e férias a pagar		(840)	1.040	1.534	(13.782)
Contas a pagar CCEE/Eletrabras	16.1	-	-	(38.591)	(20.764)
Outras contas a pagar		(1.405)	1.629	26.419	11.148
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(268)	-	(4.379)	(2.106)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	14.3	(60.728)	(58.501)	(127.817)	(98.760)
Dividendos recebidos	10.4	-	-	-	71.363
Pagamentos de contingências	18	(5.754)	-	(5.754)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(135.884)	(131.886)	(233.511)	(147.777)

- Continua -



- Continuação -

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em investidas	10.3.2	-	(358.843)	-	-
Recursos para futuro aumento de capital	10.3.2	(269.234)	(167.355)	-	-
Recebimento na alienação de ativos	1.2	387.677	1.009.437	387.677	1.069.244
Aplicações financeiras		5.150	6.137	15.241	8.867
Aquisição de imobilizado	11 e 28	(15.558)	(10.918)	(237.032)	(229.307)
Debentures privadas	14.3	1.154	-	-	-
Partes relacionadas	25.3	(11.757)	(14.086)	-	-
Caixa advindo da incorporação de controlada		-	4	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		97.432	464.376	165.886	848.804
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Integralização de ações	19.b	90	1.604	90	1.604
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos e debêntures privadas	14.3	-	455.808	-	362.465
Custos na captação de empréstimos e financiamentos	14.3	-	-	-	(14.392)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	14.3	(187.108)	(558.772)	(211.616)	(718.901)
Pagamento de passivos de arrendamento		(4.410)	(4.796)	(7.122)	(8.165)
Partes relacionadas	25.3	(4.080)	(2.195)	(4.064)	(314)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(195.508)	(108.351)	(222.712)	(377.703)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(233.960)	224.139	(290.337)	323.324
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	234.209	10.070	354.110	29.374
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	249	234.209	63.773	352.698
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(233.960)	224.139	(290.337)	323.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS					
Vendas de energia	21	-	-	221.557	100.416
Outras receitas		3.531	553	11.553	15.519
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		-	-	(104.276)	(80.866)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(9.323)	(49.201)	(78.649)	(197.115)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	-	819.755	(9.235)
Valor adicionado bruto		(5.792)	(48.648)	869.940	(171.281)
Depreciação	11	(9.351)	(1.610)	(53.654)	(2.115)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		(15.143)	(50.258)	816.286	(173.396)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	663.820	(161.789)	-	134.228
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	1.2	233.818	393.995	233.818	395.422
Receitas financeiras		9.273	3.130	17.814	14.607
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		891.768	185.078	1.067.918	370.861
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		2.927	1.982	11.827	12.760
Honorários da administração	25.5	2.884	1.591	11.655	10.245
Benefícios		807	387	4.908	4.336
FGTS		390	192	2.119	1.617
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		1.518	733	32.386	17.751
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		92.452	85.437	213.465	223.818
Aluguéis		33	2	54	207
Outros		13.637	64.067	14.384	69.440
Lucro líquido do exercício		777.120	30.687	777.120	30.687
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		891.768	185.078	1.067.918	370.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção (“Grupo Renova”):

Investimentos	Classificação	Descrição
Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial (“Renova PCH”)	Controlada direta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial		
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹	Controlada indireta	
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em recuperação judicial	Controlada indireta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	Controlada direta	Subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.



Investimentos	Classificação	Descrição
<p>Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial¹</p>	Controlada indireta	Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”) – vide nota 1.1.
<p>Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial¹</p>	Controlada indireta	Têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção comercializada no mercado livre. – vide nota 1.1.
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial ¹	Controlada direta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”) – vide nota 1.1.
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial ¹	Controlada indireta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”) – vide nota 1.1.



Investimentos	Classificação	Descrição
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial ³	Controlada direta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial ² SF 120 Participações Societárias S.A. Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	Controlada direta	Têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica e solar, comercializar energia elétrica, bem como comercializar quaisquer outros direitos advindos de benefícios ambientais resultantes dessa atividade, e ainda, desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas à consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica.
Serra do Tigre Centrais Eólicas Ltda Taperoá Centrais Eólicas Ltda	Controlada direta	Têm por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica, bem como comercializar a energia elétrica, e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

Nota 2: empresa incorporada a Companhia em julho de 2022.

Nota 3: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B.



1.1 Operação comercial dos parques eólicos

Em 16 de dezembro de 2022 a Companhia comunicou ao mercado que cumpriu, em 06 de dezembro de 2022, o Estágio 4 da implantação do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, com a entrada em operação comercial de 424,5 MWs, conforme previsto nos marcos do plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. Os prazos dos Estágios 1, 2 e 3 também já haviam sido cumpridos pelo Grupo Renova Energia, em linha com o determinado no Plano de Recuperação, respectivamente em 10 de fevereiro, 06 de agosto e 05 de setembro de 2022.

1.2 Venda de ativos

1.2.1 UPI Enerbrás

Em 06 de junho de 2022 a Companhia concluiu a venda da Unidade Produtiva Isolada (“UPI”) Enerbrás, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova. Pela transação, a Companhia transferiu a totalidade das ações ordinárias e preferenciais, escriturais e sem valor nominal de emissão da Enerbrás e indiretamente da ESPRA para a Monte Pascoal Holding S.A., uma sociedade investida da V2I Energia S.A., que possui como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda (“Vinci”), pelo valor de R\$ 265.800.

Em 11 de julho de 2022 a Companhia recebeu o montante de R\$29.606 referente a ajuste de preço pós fechamento e Parcela Diferida corrigida e em 07 de dezembro de 2022 foi recebido o montante de R\$8.498 referente a Parcela Garantia corrigida.

Descrição	Valor
Valor da venda ajustado ^(a)	244.536
Valor reserva corrigido	38.104
Total	282.640
Custo do investimento	(125.950)
Ganho antes dos outros custos e provisões	156.690
Outros custos na venda ^(b)	(5.617)
Ganho na alienação	151.073

(a) Valor da venda ajustado corresponde ao valor da venda menos a parcela retida para eventuais ajustes de preço.

(b) Corresponde à gastos com os assessores financeiros e jurídicos.

Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação foram destinados a (i) liquidação pela Companhia da dívida extraconcursal com o Banco BTG Pactual no valor de R\$ 228.124; (ii) Credores com Garantia Real; (iii) Credores Quirografários e (iv) despesas operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

1.2.2 UPI Cordilheira dos Ventos

Conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia formalizou, em 27 de janeiro de 2022, a aceitação da proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A. (“AES GF1”), mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW.



Em 15 de março de 2022, o Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo homologou o processo competitivo da UPI Cordilheira dos Ventos, declarando como vencedora a AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão. A Companhia fará jus ainda a um earn out, caso a AES venha a implantar uma capacidade superior a 305MW nas áreas compreendidas no Complexo.

Em 26 de julho de 2022 a Companhia concluiu a venda da referida UPI transferindo a totalidade das cotas sociais de emissão da controlada Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas LTDA à AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000. Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação foram destinados a (i) Credores com Garantia Real; (ii) Credores Quirografários e (iii) despesas operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

Descrição	Valor
Valor da venda	42.000
Custo do investimento	(20.928)
Ganho antes dos outros custos e provisões	21.072
Outros custos na venda ^(a)	(1.364)
Ganho na alienação	19.708

(a) Corresponde à gastos com os assessores financeiros e jurídicos.

1.3 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de dezembro de 2022:



Classes	Saldo em 31/12/2021	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/Encargos	Saldo em 31/12/2022
Classe I - credores trabalhistas	19.817	2.309	(20.726)	-	20	1.420
Classe II - credores com garantia real	933.336	-	(84.757)	-	110.565	959.144
Classe III - credores quirografários	500.386	592.689	(16.240)	(789.072)	22.877	310.640
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.562	(114)	(3.017)	-	313	744
Extraconcursal	-	28.309	-	-	-	28.309
Total	1.457.101	623.193	(124.740)	(789.072)	133.775	1.300.257

Classes	Saldo em 31/12/2020	Créditos habilitados	Reclassificação entre classes	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/Encargos	Saldo em 31/12/2021
Classe I - credores trabalhistas	20.109	40	5	(539)	-	202	19.817
Classe II - credores com garantia real	1.052.063	-	-	(163.914)	-	45.187	933.336
Classe III - credores quirografários	877.732	2.368	(5)	(5.289)	(387.556)	13.136	500.386
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.993	-	-	(571)	-	140	3.562
Total	1.953.897	2.408	-	(170.313)	(387.556)	58.665	1.457.101

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- b) Valor adicional de até R\$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
 - i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.
 - ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:



Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,50%	2,50%
Ano 4	2,50%	2,50%
Ano 5	2,50%	2,50%
Ano 6	2,50%	2,50%
Ano 7	2,50%	2,50%
Ano 8	5,00%	5,00%
Ano 9	5,00%	5,00%
Ano 10	5,00%	16,00%
Ano 11	16,00%	18,00%

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,50%	2,50%
Ano 4	2,50%	2,50%
Ano 5	2,50%	2,50%
Ano 6	2,50%	2,50%
Ano 7	2,50%	2,50%
Ano 8	2,50%	2,50%
Ano 9	2,50%	5,00%
Ano 10	5,00%	5,00%
Ano 11	5,00%	5,00%
Ano 12	5,00%	5,00%
Ano 13	5,00%	5,00%
Ano 14	10,00%	12,50%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:



- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- d) O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores classificados como seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito.

1.4 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$777.120, possui prejuízos acumulados de R\$3.186.380, patrimônio líquido positivo de R\$910.962 e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$68.088 (Controladora) e R\$224.919 (Consolidado).

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 deve-se, principalmente a: (i) reversão da provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado relacionado ao Alto Sertão III, no montante de R\$819.755, (ii) ao ganho na alienação de ativos, no montante de R\$233.818, (iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$214.585 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, operações com partes relacionadas e fornecedores, (iv) reconhecimento da multa pelo cancelamento do CUST – Fase B, no montante de R\$21.231, (v) multa sobre ressarcimento dos contratos de venda de energia (LER 2013 e LER 2014) no montante de R\$7.865, (vi) penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014, no montante de R\$4.549 e (vii) ganho nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, em função principalmente da reversão da provisão para contrato oneroso, no montante R\$55.750.

Em dezembro de 2022, a Administração da Companhia concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina. Com todos os parques em operação comercial, o Grupo Renova terá os recursos necessários para honrar com seus compromissos.



Com relação ao portfólio de projetos em desenvolvimento estimado em 6,5 GW potenciais de energia eólica e 430MW de energia solar, a Companhia continua realizando investimentos para concluir a regularização fundiária deles, além de investimentos direcionados à obtenção de licenças ambientais, sendo que atualmente 14 projetos eólicos contam com licenças emitidas pelos órgãos ambientais, totalizando cerca 5,9 GW

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.5 Reversão da provisão para redução ao valor recuperável de ativos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia revisou as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável do ativo imobilizado relacionado ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Essa revisão foi motivada, principalmente, pelo fato de que todos os parques eólicos foram concluídos e entraram em operação comercial ao longo do ano de 2022, acompanhado do cumprimento de todos os marcos previstos no plano de recuperação judicial do Grupo Renova. Isso representou para a Companhia um passo significativo para geração de recursos provenientes da venda de energia, o que permitiu promover as atualizações das projeções financeiras com maior segurança.

Embora nos estudos realizados para o exercício findo de 31 de dezembro de 2021 já houvesse indicativo de reversão da provisão até então constituída, a Administração da Companhia optou por não a realizar, dado que não existia uma certeza que permitisse atualizar as projeções de caixa, uma vez que as obras ainda não estavam concluídas. Com a entrada em operação comercial dos projetos, a empresa pôde realizar a reversão.

Para calcular o valor recuperável dos ativos imobilizados, a Companhia utilizou o método do valor em uso, que consiste na metodologia do valor presente dos fluxos de caixa dos projetos considerando uma taxa de desconto nominal (calculada pela metodologia WACC). Como resultado, a revisão das premissas permitiu a reversão do montante de R\$819.755, conforme demonstrado no quadro a seguir. Essa reversão impactou positivamente o resultado de 2022.

Parques	Reversão Impairment
LER 2013	383.526
LER 2014	143.293
Mercado Livre	292.936
Total	819.755

2. Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).



Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2 Aprovação das informações contábeis

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2023.

2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Renova é como segue:

2.3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3.2 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento em controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

2.3.3 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que,



no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas não possuem ativos classificados como mantidos para venda.

2.3.4 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.5 Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

2.3.6 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Tributos correntes



A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

As controladas indiretas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A e as controladas Itapuã VII e SF 120 optaram pelo regime do lucro presumido. A controladora e demais companhias listadas na nota 1 são optantes do regime do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.3.7 Ativo imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.



As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação dele, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato da Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

c) Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos.

2.3.8 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Caso as condições precedentes que originaram a perda por redução recuperável sejam superadas a reversão é reconhecida no resultado do exercício.

2.3.9 Provisões



Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.10 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

a.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 7);
- Aplicações financeiras (nota 7);
- Transações com partes relacionadas (nota 25).

a.2) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos



de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 8).

b) Passivos financeiros

b.1) Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 13);
- Empréstimos e financiamentos (nota 14);
- Contas a pagar – CCEE e Eletrobras (nota 16); e
- Transações com partes relacionadas (nota 25).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

2.4 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas e individuais, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme este CPC aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.5 Adoção das IFRSs novas e revisadas

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor a partir de janeiro de 2022:

Alteração ao IFRS 3/CPC 15 (R1): Combinação de Negócios

As alterações substituem as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. Eles também adicionam requisitos explícitos que:

- a. Para obrigações dentro do escopo do IAS 37/CPC 25, um adquirente realiza a aplicação da norma para determinar se na data de aquisição existe uma obrigação presente como resultado de eventos passados;



- b. Para uma taxa que estaria dentro do escopo da IFRIC 21, o adquirente realiza a aplicação da norma para determinar se o evento obrigatório que dá origem a um passivo para pagar a taxa ocorreu na data de aquisição;
- c. Um adquirente não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

Alteração ao IAS 16/CPC 27: Ativo Imobilizado

A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Alteração ao IAS 37/CPC 25: Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As alterações especificam que, ao determinar se um contrato é oneroso, devem ser considerados os custos diretamente relacionados a esse contrato. As alterações também especificam que esses custos consistem tanto nos custos incrementais do cumprimento de um contrato (por exemplo, mão de obra direta e materiais) quanto na alocação de outros custos diretos (dando o exemplo da taxa de depreciação de um item do ativo imobilizado utilizados no cumprimento desse contrato, entre outros).

Aprimoramentos anuais – Ciclo 2018-2020:

- a. IFRS 1/CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que o adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- b. IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros: esclarece quais encargos financeiros devem ser incluídos no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- c. IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- d. IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola: remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41/CPC 29 com as de outras normas IFRS.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia e suas controladas.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Correlação IASB</u>	<u>Data da vigência</u>
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	01/01/2023



CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade	IFRS 17	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	01/01/2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	indeterminado

Para as normas ou alterações mencionadas acima a administração da Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

2.6 Reclassificação dos saldos contábeis

Visando melhor apresentação das operações com partes relacionadas no balanço patrimonial da Controladora, o montante de R\$ 30.486 foi reclassificado da rubrica de outros créditos (ativo circulante) e outros credores (passivo circulante) para a rubrica de partes relacionadas (no ativo e passivo, respectivamente):

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidência dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo:

a) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.



Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (“UGC”) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda, conforme premissas descritas na nota 11.9.

b) Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 18.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 26.

d) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

Conforme mencionado na nota 2.3.7.b, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 11.

e) Contrato oneroso

Se a Companhia ou suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato.



Um contrato é considerado oneroso quando os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações desse contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato).

4. Das autorizações vigentes

4.1 Mercado regulado (ACR)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. - Em recuperação judicial (EOL Pau Santo) ¹	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Nota 1: Em 15 de junho de 2022, a ANEEL pulicou a Resolução Autorizativa nº 12.030/2022, que transfere de Centrais Eólicas Itapuã VII para Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. a autorização referente à Central Geradora Eólica Pau Santo. A referida autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 5º da Portaria nº 285, de 2015, sub-rogando-se à Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. todos os direitos e obrigações que dela decorrem.



4.2 Mercado livre (ACL)

EÓLICO	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5125	01/04/2015	30 anos	13,80 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Nota (1): As outorgas desses parques foram canceladas, conforme mencionado na Nota 17.



5. Comercialização de energia

5.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	VALORES				PRAZO			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA										
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	202.880,30	96.360	105,20	180,39	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	137.543,80	60.444	113,70	194,96	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	76.101,15	34.164	111,30	190,85	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	176.182,57	84.972	103,60	177,64	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	82.349,56	39.420	104,38	178,98	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	173.199,50	83.220	103,99	178,31	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	187.679,88	88.476	105,99	181,74	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	135.964,17	64.824	104,80	179,70	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	198.003,78	93.732	105,55	180,99	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.287,66	56.940	138,90	220,77	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Quina)	LER 10/2014	CCEE	224.037,92	80.592	138,90	220,77	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A. - Em recuperação judicial (EOL Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	126.630,13	45.552	138,90	220,77	out-17	set-37	IPCA	outubro

5.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contrato no mercado livre, com fornecimento de energia que totaliza 100,2 MW médios (não examinados) de energia contratada, com vigência até agosto de 2035.

Com a entrada em operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, as obrigações previstas no contrato de venda de energia foram reestabelecidas.

6. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- PCH** – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs foram alienadas em 06 de junho de 2022.
- Eólico** – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
- Comercialização** – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- Administrativo** – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

31/12/2022

	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	20.722	92.632	93.049	-	206.403
Custos não gerenciáveis	(290)	(10.672)	-	-	(10.962)
Margem Bruta	20.432	81.960	93.049	-	195.441
Custos gerenciáveis	(7.305)	(134.323)	(38.283)	(12.938)	(192.849)
Depreciações e amortizações	-	(44.302)	-	(9.352)	(53.654)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	819.755			819.755
Ganho na alienação de ativos	214.111	19.707	-	-	233.818
Receita financeira	1.851	1.930	8.131	4.998	16.910
Despesa financeira	(2.442)	(121.690)	(1.553)	(105.810)	(231.495)
Imposto de renda e contribuição social	(1.458)	(3.754)	(5.594)	-	(10.806)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	225.189	619.283	55.750	(123.102)	777.120

31/12/2022

Ativos totais	-	2.658.250	36.860	119.309	2.814.419
Passivos totais	-	1.441.793	91.023	370.641	1.903.457

31/12/2021

	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	43.813	416	49.583	-	93.812
Custos não gerenciáveis	(813)	-	-	-	(813)
Margem Bruta	43.000	416	49.583	-	92.999
Custos gerenciáveis	(15.702)	(119.365)	(58.690)	(103.830)	(297.587)
Depreciação	-	(505)	-	(1.610)	(2.115)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(9.235)	-	-	(9.235)
Resultado de equivalência patrimonial	134.228	-	-	-	134.228
Ganho na alienação de ativos	393.995	1.427	-	-	395.422
Receita financeira	1.656	8.705	684	2.905	13.950
Despesa financeira	(87.638)	(62.667)	(456)	(140.654)	(291.415)
Imposto de renda e contribuição social	(1.808)	-	(3.752)	-	(5.560)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	467.731	(181.224)	(12.631)	(243.189)	30.687
Ativos totais	211.222	1.795.655	30.597	243.229	2.280.703
Passivos totais	502.524	1.023.521	38.953	1.371.025	2.936.023



7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	13	8	47	44
Bancos conta movimento	236	266	3.482	6.313
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	233.935	64.526	391.893
Aplicações financeiras	278	254	278	254
	<u>527</u>	<u>234.463</u>	<u>68.333</u>	<u>398.504</u>
Transferência para ativos mantidos para venda:				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(38.862)
Total	<u>527</u>	<u>234.463</u>	<u>68.333</u>	<u>359.642</u>
Apresentados como:				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	249	234.209	63.773	354.110
Aplicações financeiras	-	-	4.282	5.278
NÃO CIRCULANTE				
Aplicações financeiras	278	254	278	254
Total	<u>527</u>	<u>234.463</u>	<u>68.333</u>	<u>359.642</u>

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 101,32% do CDI.

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Comercialização Mercado livre	15.145	5.773
CCEE	15.222	458
Eletrobras – ESPRA	-	6.591
Total	<u>30.367</u>	<u>12.822</u>
Transferência para ativos mantidos para venda	-	(6.591)
Total	<u>30.367</u>	<u>6.231</u>

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.



9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRRF a compensar	2.176	414	2.842	738
Saldo negativo de IRPJ a compensar	447	535	2.887	7.604
COFINS a recuperar	-	-	2.212	1.895
PIS a recuperar	-	-	513	420
ICMS a recuperar	-	-	4.395	1.142
Outros tributos a compensar	130	111	183	173
	2.753	1.060	13.032	11.972
Transferência para ativos mantidos para venda	-	-	-	(9)
Total	2.753	1.060	13.032	11.963

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova. Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a Recuperar decorrem das operações de compra de energia e equipamentos para revenda realizadas pelas controladas Renova Comercializadora e Diamantina Eólica, respectivamente. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2023.



10. Investimentos

10.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Eólico		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	1.167.482	368.532
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	(1.089)	196
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(3.219)	(1.861)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(6.600)	(5.229)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(7.819)	(5.954)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	2.885	4.430
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(2.638)	(1.318)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(3.135)	(1.807)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(2.398)	(1.386)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(7.394)	(5.855)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(7.082)	(5.603)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	1.021	2.192
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	(6.693)	(5.643)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	3.479	4.104
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	2.547	3.167
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(3.926)	(3.100)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(2.835)	(2.252)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	(867)	(473)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(2.154)	(1.731)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(746)	(358)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(468)	(52)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	20.784	17.835
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	90.285	(33.739)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(2.679)	(1.539)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	-	67.881
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.132	-
Comercialização		
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(206.969)	(233.326)
Total	1.031.904	157.111
Apresentados como:		
Ativo		
Investimento	1.300.615	468.337
Passivo		
Provisão para perda sobre investimento	(268.711)	(311.226)
Total	1.031.904	157.111



10.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

	31/12/2022					31/12/2021					
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício			Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
Companhia	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social			Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)				
PCH											
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	-	-	6.717	5.170.100	100,00	101.955	-	(37.528)	21.045
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	37.540.023	99,99	374	-	(6)	37.540.023	99,99	374	-	-	(8)
Chiplep SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(152.595)	61.830
Eólico											
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	2.128.113.291	99,99	2.128.113	1.167.482	543.803	2.128.113.291	99,99	2.128.113	368.532	-	(146.203)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	19.910.432	99,99	19.910	(1.089)	(1.451)	19.910.432	99,99	19.910	196	-	(5.373)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	9.404.320	99,99	9.404	(3.219)	(1.690)	9.404.320	99,99	9.404	(1.861)	-	(1.443)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	17.648.177	99,99	17.648	(6.600)	(1.538)	17.378.687	99,99	17.379	(5.229)	-	(5.686)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	23.468.639	99,99	23.469	(7.819)	(2.229)	23.468.639	99,99	23.469	(5.954)	-	(7.080)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	25.549.928	99,99	25.550	2.885	(1.752)	25.549.928	99,99	25.550	4.430	-	5.873
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	8.510.149	99,99	8.510	(2.638)	(1.483)	8.510.149	99,99	8.510	(1.318)	-	(971)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	21.718.499	99,99	21.718	(3.135)	(1.532)	21.718.499	99,99	21.718	(1.807)	-	4.386
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	5.870.759	99,99	5.871	(2.398)	(1.140)	5.870.759	99,99	5.871	(1.386)	-	(980)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	17.701.313	99,99	17.701	(7.394)	(1.740)	17.701.313	99,99	17.701	(5.855)	-	(5.320)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	16.317.932	99,99	16.318	(7.082)	(1.655)	16.317.932	99,99	16.318	(5.603)	-	2.770
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	18.830.937	99,99	18.831	1.021	(1.330)	18.830.937	99,99	18.831	2.192	-	(4.444)
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	12.391.309	99,99	12.391	(6.693)	(1.243)	12.391.309	99,99	12.391	(5.643)	-	(4.298)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	20.439.716	99,99	20.440	3.479	(735)	20.439.716	99,99	20.440	4.104	-	7.429
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	20.985.315	99,99	20.985	2.547	(970)	20.552.944	99,99	20.553	3.167	-	7.296
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	13.461.491	99,99	13.461	(3.926)	(925)	13.461.491	99,99	13.461	(3.100)	-	(3.946)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	7.886.576	99,99	7.887	(2.835)	(662)	7.886.576	99,99	7.887	(2.252)	-	1.768

- Continua -



- Continuação -

Companhia	31/12/2022					31/12/2021					
	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
Eólico											
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	7.582.283	99,99	7.582	(867)	(452)	7.582.283	99,99	7.582	(473)	-	2.019
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	4.826.628	99,99	4.827	(2.154)	(487)	4.826.628	99,99	4.827	(1.731)	-	645
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	2.757.034	99,99	2.757	(746)	(444)	2.757.034	99,99	2.757	(358)	-	(269)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	3.791.020	99,99	3.791	(468)	(479)	3.791.020	99,99	3.791	(52)	-	46
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	48.384.027	99,99	21.155	20.784	108.731	149.949.272	99,99	149.949	17.835	-	(2.470)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	12.731.271.885	99,99	127.313	90.285	6.890	3.284.844	99,99	3.285	(33.739)	-	(16.975)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	245.313.150	99,99	245.313	(2.679)	(1.996)	245.313.150	99,99	245.313	(1.539)	-	(1.196)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	235.681	100,00	236	-	(10)	235.681	100,00	236	-	-	(3)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	(2.292)	76.212.136	99,99	76.212	67.881	-	(6.284)
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.937.880	99,99	12.938	12.132	(437)	12.937.880	99,99	12.938	-	-	(319)
Outras participações ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28)
Comercialização											
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	524.038.918	100,00	524.039	(206.969)	26.357	524.038.918	100,00	524.039	(233.326)	-	(63.566)
				1.031.904	663.820					157.111	(190.123)
											(161.789)

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1



10.3 Movimentação dos investimentos

10.3.1. Consolidado

10.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

Até dezembro de 2021, a Companhia mensurou seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

Em 1º de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a venda UPI Brasil PCH, transferindo a totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A. de sua titularidade para a BSB Energética e ELETRORIVER S.A., pelo valor de R\$ 1.100.000.

Descrição	Valor
Valor da venda ajustado ^(a)	1.009.437
Custo do investimento	(602.899)
Ganho antes dos outros custos e provisões	406.538
Outros custos na venda ^(b)	(12.543)
Ganho na alienação	393.995

(a) Valor da venda ajustado corresponde ao valor da venda menos o Ajuste Preliminar (R\$30.563) e o Valor Retido (R\$60.000).

(b) Corresponde à gastos com os assessores financeiros e jurídicos.

A Companhia utilizou os recursos recebidos na operação principalmente para (i) liquidar antecipadamente o empréstimo DIP, (ii) quitar determinados credores concursais e extraconcursais e (iii) dar continuidade às obras de conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A e às demais atividades operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

Adicionalmente, em 30 de maio de 2022 a Companhia recebeu R\$63.036 referentes a parcela retida corrigida do valor da venda da UPI Brasil PCH.



10.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2021	Adições	AFAC	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Transferência do ativo mantidos para venda	Baixa de investimento	Incorporação de investimento	31/12/2022
PCH									
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding) ¹	-	-	-	(6.981)	6.717	-	264	-	-
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	6	-	(6)	-	-	-	-
Eólico									
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	368.532	-	255.147	-	543.803	-	-	-	1.167.482
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	196	-	166	-	(1.451)	-	-	-	(1.089)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.861)	-	332	-	(1.690)	-	-	-	(3.219)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(5.229)	-	167	-	(1.538)	-	-	-	(6.600)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(5.954)	-	364	-	(2.229)	-	-	-	(7.819)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	4.430	-	207	-	(1.752)	-	-	-	2.885
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.318)	-	163	-	(1.483)	-	-	-	(2.638)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(1.807)	-	204	-	(1.532)	-	-	-	(3.135)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.386)	-	128	-	(1.140)	-	-	-	(2.398)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(5.855)	-	201	-	(1.740)	-	-	-	(7.394)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(5.603)	-	176	-	(1.655)	-	-	-	(7.082)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	2.192	-	159	-	(1.330)	-	-	-	1.021
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(5.643)	-	193	-	(1.243)	-	-	-	(6.693)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	4.104	-	110	-	(735)	-	-	-	3.479
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	3.167	-	350	-	(970)	-	-	-	2.547
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(3.100)	-	99	-	(925)	-	-	-	(3.926)

- Continua -



- Continuação -

Companhia	31/12/2021	Adições	AFAC	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Transferência do ativo mantidos para venda	Baixa de investimento	Incorporação de investimento	31/12/2022
Eólico									
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(2.252)	-	79	-	(662)	-	-	-	(2.835)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	(473)	-	58	-	(452)	-	-	-	(867)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(1.731)	-	64	-	(487)	-	-	-	(2.154)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(358)	-	56	-	(444)	-	-	-	(746)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(52)	-	63	-	(479)	-	-	-	(468)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial ⁴	17.835	1.492	3.983	-	108.731	-	-	(111.257)	20.784
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial ⁴	(33.739)	-	5.877	-	6.890	-	-	111.257	90.285
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.539)	-	856	-	(1.996)	-	-	-	(2.679)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	-	-	10	-	(10)	-	-	-	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial ²	67.881	10.700	11	-	(2.292)	-	-	(76.300)	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	-	-	5	-	(437)	12.564	-	-	12.132
Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas S.A. ³	-	20.928	-	-	-	-	(20.928)	-	-
Comercialização									
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(233.326)	-	-	-	26.357	-	-	-	(206.969)
Total	157.111	33.120	269.234	(6.981)	663.820	12.564	(20.664)	(76.300)	1.031.904

Nota 1: Ativo alienado em 06 de junho de 2022 (nota 1.2.1).

Nota 2: Companhia incorporada em 14 de julho de 2022 (nota 10.3.3.1).

Nota 3: Ativo alienado em 26 de julho de 2022 (nota 1.2.2).

Nota 4: Operação de cisão parcial e incorporação dos ativos relacionados aos parques eólicos Quina e Mulungu (nota 10.3.3.2).

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R\$268.711 (R\$311.226, em 31 de dezembro de 2021).

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2020	Adições	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda	Incorporação	31/12/2021
PCH									
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)2	-	-	-	-	(37.528)	21.045	16.483	-	-
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	(12)	14	6	-	-	(8)	-	-	-
Chiplep SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	960.249	-	-	24.534	(152.595)	61.830	-	(894.018)	-
Eólico									
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(208.298)	564.157	158.876	-	-	(146.203)	-	-	368.532
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	2.918	2.550	101	-	-	(5.373)	-	-	196
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(2.459)	1.844	197	-	-	(1.443)	-	-	(1.861)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(2.028)	2.382	103	-	-	(5.686)	-	-	(5.229)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(3.397)	4.326	197	-	-	(7.080)	-	-	(5.954)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	(3.606)	2.007	156	-	-	5.873	-	-	4.430
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(2.092)	1.625	120	-	-	(971)	-	-	(1.318)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(9.992)	3.707	92	-	-	4.386	-	-	(1.807)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.766)	1.256	104	-	-	(980)	-	-	(1.386)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(4.118)	3.486	97	-	-	(5.320)	-	-	(5.855)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(11.782)	3.304	105	-	-	2.770	-	-	(5.603)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	4.200	2.337	99	-	-	(4.444)	-	-	2.192
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(3.391)	1.971	75	-	-	(4.298)	-	-	(5.643)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(4.395)	975	95	-	-	7.429	-	-	4.104
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(5.460)	1.206	125	-	-	7.296	-	-	3.167
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(1.162)	1.932	76	-	-	(3.946)	-	-	(3.100)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(5.524)	1.458	46	-	-	1.768	-	-	(2.252)
Centrais Eólicas Calíandra S.A. - Em recuperação judicial	(3.514)	984	38	-	-	2.019	-	-	(473)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(3.339)	924	39	-	-	645	-	-	(1.731)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(715)	576	50	-	-	(269)	-	-	(358)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(783)	648	37	-	-	46	-	-	(52)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	(3.249)	22.921	633	-	-	(2.470)	-	-	17.835
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	(25.534)	3.471	5.299	-	-	(16.975)	-	-	(33.739)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(44)	54	-	-	-	(10)	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.720)	1.019	358	-	-	(1.196)	-	-	(1.539)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(164)	115	10	-	-	(22)	-	61	-
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(110)	76	4	-	-	(2)	-	32	-
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(212)	213	2	-	-	(3)	-	-	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	71.490	2.489	186	-	-	(6.284)	-	-	67.881
SF 120 Participações Societárias S.A.2	-	297	20	-	-	(319)	2	-	-
Outras participações1	(61)	81	9	-	-	(28)	-	(1)	-
Comercialização									
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(169.760)	-	-	-	-	(63.566)	-	-	(233.326)
Total	560.170	634.405	167.355	24.534	(190.123)	(161.789)	16.485	(893.926)	157.111

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

Nota 2: Em dezembro de 2020, o saldo do investimento foi transferido para ativos circulantes mantidos para venda.

10.3.3 Reorganização societária

10.3.3.1 Incorporação de controlada

Em 14 de julho de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, o Protocolo e a proposta de incorporação, pela Companhia, da controlada Bahia Holding S.A. – em recuperação judicial (“Bahia Holding”), nos termos da legislação pertinente e no Protocolo, sem alteração do capital social da Companhia nem a emissão de novas ações pela Companhia, com a consequente extinção da controlada incorporada e sua sucessão pela Companhia.

A incorporação da controlada mencionada no parágrafo anterior foi efetivada em 14 de julho de 2022 mediante aprovação nas instâncias societárias competentes da controlada. Assim, a Bahia Holding foi extinta e sucedida

pela Companhia em todos os seus ativos, passivos, bens, direitos, obrigações e posições contratuais, de qualquer natureza, de forma automática, para todos os fins.

A seguir apresentamos os saldos da controlada incorporada:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 14 DE JULHO DE 2022 (BAHIA HOLDING)

<u>ATIVOS</u>	<u>14/07/2022</u>	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>14/07/2022</u>
CIRCULANTES		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	76.301
Ativos classificados como mantidos para venda	76.301		
		TOTAL DOS PASSIVOS	
TOTAL DO ATIVO	<u>76.301</u>	E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>76.301</u>

10.3.3.2 Cisão parcial e incorporação de ativos entre controladas

Em 14 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram a cisão parcial com redução de capital da controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. – em recuperação judicial, no montante de R\$111.257 e consequente cancelamento de 111.256.753 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade da Companhia, mediante a entrega, da parcela cindida a controlada Centrais Eólicas Itapuã VII S.A. - em recuperação judicial.

10.4 Movimentação dos dividendos a receber

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	42.724
Dividendos propostos	71.363	190.123
Dividendos recebidos	(71.363)	(205.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>27.139</u>
Dividendos propostos	-	6.981
Dividendos recebidos	-	(34.120)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>-</u>

Controladora: a movimentação do período refere-se a dividendos propostos e recebidos da então controlada Enerbrás.

Consolidado: a movimentação do consolidado do exercício anterior contempla os dividendos propostos e recebidos da então controlada indireta Brasil PCH.



11. Imobilizado

11.1 Controladora

		31/12/2022			31/12/2021		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.641)	51	22.692	(22.591)	101
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.665)	74	3.739	(3.633)	106
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.378)	146	2.372	(2.372)	-
		28.955	(28.684)	271	28.803	(28.596)	207
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(4.733)	623	5.356	(4.224)	1.132
Benfeitorias	4%	854	(215)	639	854	(181)	673
Móveis e utensílios	10%	2.146	(1.976)	170	2.129	(1.874)	255
Softwares	20%	3.670	(3.388)	282	3.659	(3.317)	342
Equipamento de informática	20%	4.283	(3.722)	561	3.820	(3.587)	233
		16.309	(14.034)	2.275	15.818	(13.183)	2.635
Total do imobilizado em serviço		45.264	(42.718)	2.546	44.621	(41.779)	2.842
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		101.806	-	101.806	28.040	-	28.040
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		50	-	50	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		30	-	30	26	-	26
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(4.669)	-	(4.669)	(1.185)	-	(1.185)
Total do imobilizado em curso		98.279	-	98.279	27.993	-	27.993
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		24.239	(18.474)	5.765	22.264	(10.062)	12.202
Transferência para ativos mantidos para venda		-	-	-	(38.010)	-	(38.010)
Total imobilizado		167.782	(61.192)	106.590	56.868	(51.841)	5.027



11.2 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2021	Adições	Reclassificações entre rubricas ¹	Transferência para ativos mantidos para venda	Incorporação	Aumento de capital em controladas	31/12/2022
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	152	-	-	-	-	2.524
	28.803	152	-	-	-	-	28.955
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.129	17	-	-	-	-	2.146
Softwares	3.659	11	-	-	-	-	3.670
Equipamento de informática	3.820	448	15	-	-	-	4.283
	15.818	476	15	-	-	-	16.309
Total do imobilizado em serviço							
- custo	44.621	628	15	-	-	-	45.264
(-) Depreciação							
Geração							
Torres de medição	(22.591)	(50)	-	-	-	-	(22.641)
Equipamentos de medição	(3.633)	(32)	-	-	-	-	(3.665)
Equipamentos de torres	(2.372)	(6)	-	-	-	-	(2.378)
	(28.596)	(88)	-	-	-	-	(28.684)
Administração							
Máquinas e equipamentos	(4.224)	(509)	-	-	-	-	(4.733)
Benfeitorias	(181)	(34)	-	-	-	-	(215)
Móveis e utensílios	(1.874)	(102)	-	-	-	-	(1.976)
Softwares	(3.317)	(71)	-	-	-	-	(3.388)
Equipamento de informática	(3.587)	(135)	-	-	-	-	(3.722)
	(13.183)	(851)	-	-	-	-	(14.034)
Total do imobilizado em serviço							
- depreciação	(41.779)	(939)	-	-	-	-	(42.718)
Total do imobilizado em serviço	2.842	(311)	15	-	-	-	2.546
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	2.101	14.911	-	25.938	79.784	(20.928)	101.806
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	26	19	(15)	-	-	-	30
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.185)	-	-	-	(3.484)	-	(4.669)
Total do custo do imobilizado em curso	2.054	14.930	(15)	25.938	76.300	(20.928)	98.279
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento	2.473	1.974	-	19.792	-	-	24.239
(-) Amortização contratos de arrendamento	(2.342)	(8.412)	-	(7.720)	-	-	(18.474)
	131	(6.438)	-	12.072	-	-	5.765
Total do imobilizado	5.027	8.181	-	38.010	76.300	(20.928)	106.590

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	31/12/2021
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
	28.803	-	-	-	28.803
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.118	11	-	-	2.129
Softwares	3.339	320	-	-	3.659
Equipamento de informática	3.760	60	-	-	3.820
	15.427	391	-	-	15.818
Total do imobilizado em serviço - custo	44.230	391	-	-	44.621
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.542)	(49)	-	-	(22.591)
Equipamentos de medição	(3.600)	(33)	-	-	(3.633)
Equipamentos de torres	(2.370)	(2)	-	-	(2.372)
	(28.512)	(84)	-	-	(28.596)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(3.691)	(533)	-	-	(4.224)
Benfeitorias	(146)	(35)	-	-	(181)
Móveis e utensílios	(1.718)	(156)	-	-	(1.874)
Softwares	(3.311)	(6)	-	-	(3.317)
Equipamento de informática	(3.534)	(53)	-	-	(3.587)
	(12.400)	(783)	-	-	(13.183)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(40.912)	(867)	-	-	(41.779)
Total do imobilizado em serviço	3.318	(476)	-	-	2.842
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	2.469	11.062	(941)	(10.489)	2.101
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	11	15	-	-	26
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.185)	-	-	-	(1.185)
Total do custo do imobilizado em curso	2.407	11.077	(941)	(10.489)	2.054
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	2.261	796	-	(584)	2.473
(-) Amortização contratos de arrendamento	(1.599)	(743)	-	-	(2.342)
	662	53	-	(584)	131
Total do imobilizado	6.387	10.654	(941)	(11.073)	5.027

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

11.3 Consolidado

		31/12/2022			31/12/2021		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		-	-	-	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	-	-	-	95.797	(27.879)	67.918
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	-	-	-	46.336	(15.693)	30.643
Máquinas e equipamentos	5%	1.612.881	(27.648)	1.585.233	65.015	(25.192)	39.823
Móveis e utensílios	10%	-	-	-	142	(131)	11
Equipamento de informática	17%	-	-	-	245	(245)	-
Torres de medição	20%	22.692	(22.641)	51	22.692	(22.591)	101
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.665)	74	3.739	(3.633)	106
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.378)	146	2.372	(2.372)	-
Provisão para Desmantelamento		22.242	(430)	21.812	-	-	-
Outros	14%	-	-	-	16	(15)	1
		1.664.078	(56.762)	1.607.316	236.949	(97.751)	139.198
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos		10.086	-	10.086	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	42.410	(842)	41.568	-	-	-
Máquinas e equipamentos	4%	1.090.501	(14.339)	1.076.162	-	-	-
Móveis e utensílios	6%	293	(11)	282	-	-	-
		1.143.290	(15.192)	1.128.098	-	-	-
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	3%	14.967	(164)	14.803	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado							
		(297.690)	-	(297.690)	-	-	-
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(4.733)	623	5.356	(4.224)	1.132
Benfeitorias	4%	854	(215)	639	854	(181)	673
Móveis e utensílios	10%	2.146	(1.976)	170	2.129	(1.874)	255
Softwares	20%	3.670	(3.388)	282	3.659	(3.317)	342
Equipamento de informática	20%	4.283	(3.722)	561	3.838	(3.606)	232
		16.309	(14.034)	2.275	15.836	(13.202)	2.634
Estoques							
Almoxarifado geral		21.928	-	21.928	153	-	153
Total do imobilizado em serviço		2.562.882	(86.152)	2.476.730	252.938	(110.953)	141.985
Imobilizado em curso							
A ratear		343.250	-	343.250	714.141	-	714.141
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		3.208	-	3.208	12.092	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias		32.216	-	32.216	301.655	-	301.655
Móveis e utensílios		-	-	-	105	-	105
Torres de medição		1.144	-	1.144	4.857	-	4.857
Aerogeradores		28.811	-	28.811	1.536.592	-	1.536.592
Equipamentos de subestação		17.601	-	17.601	363.131	-	363.131
Adiantamentos a fornecedores		1.854	-	1.854	64.169	-	64.169
Estoques		-	-	-	15.290	-	15.290
					(1.357.742		
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(240.297)	-	(240.297))	-	(1.357.742)
Total do imobilizado em curso		188.849	-	188.849	1.655.352	-	1.655.352
Direito de uso							
Contratos de arrendamento		42.184	(21.162)	21.022	48.647	(13.093)	35.554
Transferência para ativos mantidos para venda		-	-	-	(275.592)	-	(275.592)
Total imobilizado		2.793.915	(107.314)	2.686.601	1.681.345	(124.046)	1.557.299



11.4 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldo vinculado aos ativos vendidos	31/12/2022
Imobilizado em serviço							
Custo							
Geração							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	261	-	-	1.612.620	-	1.612.881
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	152	-	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	-	22.242	-	-	-	-	22.242
	28.803	22.655	-	-	1.612.620	-	1.664.078
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos	-	-	-	-	10.086	-	10.086
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	42.410	-	42.410
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	1.090.501	-	1.090.501
Móveis e utensílios	-	-	-	-	293	-	293
	-	-	-	-	1.143.290	-	1.143.290
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	14.967	-	14.967
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	-	-	-	(297.690)	-	(297.690)
	28.803	22.655	-	-	2.473.187	-	2.524.645
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.129	17	-	-	-	-	2.146
Softwares	3.659	11	-	-	-	-	3.670
Equipamento de informática	3.838	449	-	-	15	-	4.302
	15.836	477	-	-	15	-	16.328
Estoques							
Almoxarifado geral	-	10.267	(884)	-	12.545	-	21.928
Total do imobilizado em serviço - custo	44.639	33.399	(884)	-	2.485.747	-	2.562.901
(-) Depreciação							
Geração							
Máquinas e equipamentos	-	(27.648)	-	-	-	-	(27.648)
Torres de medição	(22.591)	(50)	-	-	-	-	(22.641)
Equipamentos de medição	(3.633)	(32)	-	-	-	-	(3.665)
Equipamentos de torres	(2.372)	(6)	-	-	-	-	(2.378)
Provisão para Desmantelamento	-	(430)	-	-	-	-	(430)
	(28.596)	(28.166)	-	-	-	-	(56.762)
Sistema de transmissão e conexão							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	(842)	-	-	-	-	(842)
Máquinas e equipamentos	-	(14.339)	-	-	-	-	(14.339)
Móveis e utensílios	-	(11)	-	-	-	-	(11)
	-	(15.192)	-	-	-	-	(15.192)
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	-	(164)	-	-	-	-	(164)

- Continua -



- Continuação -

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldo vinculado aos ativos vendidos	31/12/2022
Administração							
Máquinas e equipamentos	(4.224)	(509)	-	-	-	-	(4.733)
Benfeitorias	(181)	(34)	-	-	-	-	(215)
Móveis e utensílios	(1.874)	(102)	-	-	-	-	(1.976)
Softwares	(3.317)	(71)	-	-	-	-	(3.388)
Equipamento de informática	(3.606)	(135)	-	-	-	-	(3.741)
	(13.202)	(851)	-	-	-	-	(14.053)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(41.798)	(44.373)	-	-	-	-	(86.171)
Total do imobilizado em serviço	2.841	(10.974)	(884)	-	2.485.747	-	2.476.730
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	598.112	44.839	(97)	116.023	(394.699)	(20.928)	343.250
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	-	1.062
Terrenos	12.092	-	-	-	(8.884)	-	3.208
Edificações, obras civis e benfeitorias	301.655	1.997	-	-	(271.436)	-	32.216
Móveis e utensílios	105	16	-	-	(121)	-	-
Torres de medição	4.857	81	-	-	(3.794)	-	1.144
Aerogeradores	1.536.592	113.390	-	-	(1.621.171)	-	28.811
Equipamentos de subestação	363.131	49.479	-	-	(395.009)	-	17.601
Adiantamentos a fornecedores	64.169	14.589	-	-	(76.904)	-	1.854
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.354.795)	-	819.755	(2.947)	297.690	-	(240.297)
	1.526.980	224.391	819.658	113.076	(2.474.328)	(20.928)	188.849
Estoques							
Almoxarifado geral	15.290	-	-	-	(15.290)	-	-
Total do imobilizado em curso	1.542.270	224.391	819.658	113.076	(2.489.618)	(20.928)	188.849
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento	16.086	6.895	-	20.919	-	(1.716)	42.184
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	-	(225)	-	-	-	-	(225)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(3.898)	(9.056)	-	(7.983)	-	-	(20.937)
Total direito de uso	12.188	(2.386)	-	12.936	-	(1.716)	21.022
Total do imobilizado	1.557.299	211.031	818.774	126.012	(3.871)	(22.644)	2.686.601

Nota 1: refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no exercício.



	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldos vinculados aos ativos vendidos ²	31/12/2021
Imobilizado em serviço							
Custo							
Geração							
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	-	2.372
	28.803	-	-	-	-	-	28.803
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.118	11	-	-	-	-	2.129
Softwares	3.339	320,00	-	-	-	-	3.659
Equipamento de informática	3.778	60	-	-	-	-	3.838
	15.445	391	-	-	-	-	15.836
Estoques							
Almoxarifado geral	-	136	-	(136)	-	-	-
Total do imobilizado em serviço - custo	44.248	527	-	(136)	-	-	44.639
(-) Depreciação							
Geração							
Torres de medição	(22.542)	(49)	-	-	-	-	(22.591)
Equipamentos de medição	(3.600)	(33)	-	-	-	-	(3.633)
Equipamentos de torres	(2.370)	(2)	-	-	-	-	(2.372)
	(28.512)	(84)	-	-	-	-	(28.596)
Administração							
Máquinas e equipamentos	(3.691)	(533)	-	-	-	-	(4.224)
Benfeitorias	(146)	(35)	-	-	-	-	(181)
Móveis e utensílios	(1.718)	(156)	-	-	-	-	(1.874)
Softwares	(3.311)	(6)	-	-	-	-	(3.317)
Equipamento de informática	(3.552)	(54)	-	-	-	-	(3.606)
	(12.418)	(784)	-	-	-	-	(13.202)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(40.930)	(868)	-	-	-	-	(41.798)
Total do imobilizado em serviço	3.318	(341)	-	(136)	-	-	2.841
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	528.964	46.113	- 941	36.994	(13.018)	-	598.112
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	-	1.062
Terrenos	9.070	-	-	3.022	-	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	240.900	28.539	-	32.216	-	-	301.655
Móveis e utensílios	-	105	-	-	-	-	105
Torres de medição	3.440	291,00	-	1.126	-	-	4.857
Aerogeradores	1.483.661	54.347	-	7.584	(9.000)	-	1.536.592
Equipamentos de subestação	304.316	35.866	-	143.228	7.096	(127.375)	363.131
Adiantamentos a fornecedores	679	63.601	-	-	(111)	-	64.169
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.292.351)	(9.235)	-	(122.198)	-	68.989	(1.354.795)
	1.279.741	219.627	(941)	101.972	(15.033)	(58.386)	1.526.980

- Continua -



- Continuação -

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldos vinculados aos ativos vendidos ²	31/12/2021
Estoques							
Almoxarifado geral	-	15.290	-	-	-	-	15.290
Total do imobilizado em curso	1.279.741	234.917	(941)	101.972	(15.033)	(58.386)	1.542.270
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento	15.380	4.072	-	(2.938)	(215)	(213)	16.086
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(2.638)	(1.247)	-	(36)	19	4	(3.898)
Total direito de uso	12.742	2.825	-	(2.974)	(196)	(209)	12.188
Total do imobilizado	1.295.801	237.401	(941)	98.862	(15.229)	(58.595)	1.557.299

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

11.5 Imobilização em serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

11.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento e investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL.

O saldo de imobilizado em curso existente em 31 de dezembro de 2021 referente a determinados projetos em desenvolvimento foram transferidos para rubrica de ativos mantidos para venda em razão da obrigação de venda presente nos planos de recuperação judicial. Com a finalização do prazo determinado para a realização das vendas, os saldos de ativos e passivos relacionados a esses projetos em desenvolvimento anteriormente classificados como mantidos para venda foram reclassificados para suas rubricas originais.



11.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 31 de dezembro de 2022 o imobilizado em curso consolidado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Light I)	1.802	-	1.802
LER 2013	20	-	20
	1.822	-	1.822
Alto Sertão III - Fase B ⁽¹⁾			
ACL (Light II)	66.323	(34.403)	31.920
ACL (Mercado livre II)	40.587	(21.753)	18.834
	106.910	(56.156)	50.754
Outros			
ACL (Mercado livre - Solar)	24.343	-	24.343
Outras imobilizações em curso ⁽²⁾	111.930	-	111.930
Total do imobilizado em curso	245.005	(56.156)	188.849

Nota 1: Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação continua pendente de julgamento por parte da ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos. Conforme divulgado na Nota 17.a, a Companhia mantém provisão de R\$61.080 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para fazer face às penalidades impostas pela ANEEL em decorrência do cancelamento dessas outorgas.

Nota 2: Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia.

11.8 Baixa de projetos

A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e inventários de PCH periodicamente. Após revisão de seu portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia concluiu que em 31 de dezembro de 2022 não havia projetos a serem baixados, além dos montantes já baixados anteriormente.

11.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia procedeu a revisão de todas as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável de seu ativo imobilizado tendo em vista que todos entraram em operação comercial ao longo de 2022 e utilizando o método do valor em uso dos ativos, calculou o valor presente dos fluxos de caixa do projetos considerando uma taxa de desconto nominal calculada pela metodologia *wacc*, e reverteu o montante de R\$819.755 afetando positivamente o resultado de 2022 (Nota 1.5).



11.10 Bens dados em garantia

A controlada indireta Diamantina possui bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.683.756, conforme Nota 14.

11.11 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no final da autorização, para retirada de serviço dos ativos relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

12. Direito de uso – Arrendamentos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas identificaram 1.537 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 1.397 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento e 135 aos parques eólicos em operação e ainda 5 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

Ativo	31/12/2022		Passivo	31/12/2022	
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	4.496	7.124
Direito de uso do ativo arrendado	24.239	42.184	(-) Ajuste a valor presente	(1.238)	(3.438)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(18.474)	(21.162)	Total do passivo circulante	3.258	3.686
	5.765	21.022	Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	14.292	64.081
			(-) Ajuste a valor presente	(6.587)	(41.307)
			Total do passivo não circulante	7.705	22.774
Ativo total	5.765	21.022	Passivo total	10.963	26.460

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações contábeis consolidadas e individuais.



Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Custo		
Amortização direito de uso	-	223
Despesa		
Amortização direito de uso	8.412	9.056
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	2.709	4.228
Total	<u>11.121</u>	<u>13.507</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
<u>Circulante</u>		
jan/2023 a dez/2023	3.438	7.124
<u>Não circulante</u>		
jan/2024 a dez/2024	2.970	5.091
jan/2025 a dez/2025	2.778	3.633
jan/2026 a dez/2026	2.675	3.457
jan/2027 a dez/2027	2.574	3.379
jan/2028 a dez/2028	2.474	3.258
jan/2029 a dez/2033	10.685	14.596
jan/2034 a dez/2038	8.693	11.546
jan/2039 a dez/2043	5.909	11.234
jan/2044 a dez/2048	1.972	6.186
jan/2049 a dez/2053	577	1.701
	<u>41.307</u>	<u>64.081</u>
Total	<u>44.745</u>	<u>71.205</u>



13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	7.679	12.426	45.931	83.215
Fornecedores recuperação judicial	24.937	52.035	205.385	233.020
	32.616	64.461	251.316	316.235
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	-	-	(1.079)
	32.616	64.461	251.316	315.156
Apresentados como:				
Circulante	10.250	33.057	58.392	115.880
Não circulante	22.366	31.404	192.924	199.276
Total	32.616	64.461	251.316	315.156

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, totaliza R\$24.937 (controladora), sendo R\$1.390 - Classe I, R\$23.542 - Classe III e R\$5 - Classe IV. No consolidado o total é R\$205.385, sendo, R\$1.421 - Classe I, R\$203.220 - Classe III e R\$744 - Classe IV.

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

14.1 Consolidado

		Consolidado											
		31/12/2022						31/12/2021					
Moeda Nacional	Custo da Dívida	Circulante			Não circulante			Circulante			Não circulante		
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra ^(14.5.a)	9,5% a.a. (8,08% a.a.) ^a	-	-	-	-	-	-	298	11.643	11.941	2.806	38.943	41.749
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") ^(14.5.c)	100% CDI ^b	15.067	477	15.544	-	294.715	294.715	90	-	90	2.780	315.034	317.814
Banco Bradesco ^(14.5.d)	100% CDI ^b	18.485	-	18.485	27.445	323.034	350.479	63	-	63	26.866	323.034	349.900
Banco Itaú ^(14.5.d)	100% CDI ^b	6.763	-	6.763	10.041	118.183	128.224	23	-	23	9.829	118.183	128.012
Citibank ^(14.5.d)	100% CDI ^b	4.556	-	4.556	6.799	79.585	86.384	16	-	16	6.619	79.585	86.204
Banco ABC ^(14.5.d)	100% CDI ^b	2.705	-	2.705	4.016	47.273	51.289	9	-	9	3.932	47.273	51.205
BTG Pactual ^(14.5.d)	155% CDI	-	-	-	-	-	-	37.567	171.027	208.594	-	-	-
Citibank ^(14.5.d)	100% CDI ^b	1.168	256	1.424	-	26.885	26.885	486	43.222	43.708	-	-	-
Banco Bradesco ^(14.5.d)	0,5% a.a. + TR ^b	41	193	234	-	4.430	4.430	2	-	2	48	4.638	4.686
Banco Itaú ^(14.5.d)	0,5% a.a. + TR ^b	40	187	227	-	4.302	4.302	2	-	2	49	4.504	4.553
Banco Safra ^(14.5.b)	0,5% a.a. + TR ^b	1	-	1	1.265	2.941	4.206	1	-	1	26	2.557	2.583
		48.826	1.113	49.939	49.566	901.348	950.914	38.557	225.892	264.449	52.955	933.751	986.706
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda		-	-	-	-	-	-	(298)	(11.643)	(11.941)	(2.806)	(38.943)	(41.749)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		48.826	1.113	49.939	49.566	901.348	950.914	38.259	214.249	252.508	50.149	894.808	944.957

a) 15% de bônus de adimplência.

b) As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

Em 31 de dezembro de 2022 a dívida que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$1.000.853, sendo, R\$959.144 da Classe II, R\$13.400 da Classe III e R\$28.309 extraconcursal. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.3.



14.2 Controladora

14.2.1 Empréstimos

		31/12/2022						
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Circulante</u>			<u>Não circulante</u>			<u>Total geral</u>
		<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	
BTG Pactual ^(14.5.d)	155% CDI	-	-	-	-	-	-	-
Citibank ^(14.5.d)	0,5% a.a. + TR ^b	1.168	256	1.424	-	26.885	26.885	28.309
Banco Safra ^(14.5.b)	0,5% a.a. + TR ^b	1	-	1	1.265	2.941	4.206	4.207
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		1.169	256	1.425	1.265	29.826	31.091	32.516

		31/12/2021						
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Circulante</u>			<u>Não circulante</u>			<u>Total geral</u>
		<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	
BTG Pactual ^(14.5.d)	155% CDI	37.567	171.027	208.594	-	-	-	208.594
Citibank ^(14.5.d)	0,5% a.a. + TR ^b	486	43.222	43.708	-	-	-	43.708
Banco Safra ^(14.5.b)	0,5% a.a. + TR ^b	1	-	1	26	2.557	2.583	2.584
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		38.054	214.249	252.303	26	2.557	2.583	254.886

b) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

14.2.2 Debêntures privadas

14.2.2.1 Ativo

Em 22 de fevereiro de 2022 a controlada Renova Comercializadora realizou a primeira emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pela Companhia, conforme resumo a seguir:

<u>Data</u>	<u>Subscriber</u>	<u>Emissão privada</u>	<u>Valor</u>	<u>Vencimento</u>
22/02/2022	Renova Energia	1ª	178.591	31/12/2022

Em 07 de novembro de 2022 a controladora Renova Comercializadora quitou o saldo devido.

14.2.2.2 Passivo

		Não circulante					
		31/12/2022			31/12/2021		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Debêntures privadas ^(15.6.f)	TR + 0,5% a.a.	1.328	59.807	61.135	143	59.807	59.950

Para reforçar o capital de giro da Companhia e finalizar as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A., foram realizadas emissões privadas de debentures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pelas controladas do Alto Sertão III – Fase B, conforme resumo a seguir:



Data	Subscritor	Emissão privada	Valor	Vencimento	Saldo em 31/12/2022
05/04/2021	Fase B	8ª	50.730	24/03/2025	51.868
03/09/2021	Fase B	10ª	9.077	03/09/2026	9.267
			<u>59.807</u>		<u>61.135</u>

14.3 Movimentação

a. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>362.618</u>	<u>17.730</u>	<u>380.348</u>	<u>1.406.509</u>	<u>56.593</u>	<u>1.463.102</u>
Empréstimos obtidos	-	-	-	362.465	-	362.465
Assunção do DIP	369.925	44.571	414.496	-	-	-
Provisão dos encargos financeiros	-	34.129	34.129	-	155.676	155.676
Encargos financeiros pagos	-	(58.501)	(58.501)	-	(98.760)	(98.760)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(558.772)	-	(558.772)	(740.475)	-	(740.475)
Penalidades	43.186	-	43.186	43.541	-	43.541
Incorporação de juros ao principal	(151)	151	-	25.890	(25.890)	-
Custo de captação	(13.275)	-	(13.275)	(14.392)	-	(14.392)
Apropriação dos custos de captação	13.275	-	13.275	14.392	-	14.392
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	-	-	11.127	789	11.916
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>216.806</u>	<u>38.080</u>	<u>254.886</u>	<u>1.109.057</u>	<u>88.408</u>	<u>1.197.465</u>
Provisão dos encargos financeiros	-	25.082	25.082	-	137.466	137.466
Honorários de sucumbência	384	-	384	384	-	384
Encargos financeiros pagos	-	(60.728)	(60.728)	-	(127.817)	(127.817)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(187.108)	-	(187.108)	(211.616)	-	(211.616)
Saldos vinculados aos ativos alienados	-	-	-	4.636	335	4.971
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>30.082</u>	<u>2.434</u>	<u>32.516</u>	<u>902.461</u>	<u>98.392</u>	<u>1.000.853</u>

b. A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

	Controladora					
	Ativo			Passivo		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	51.000	137	51.137
Captação de debêntures privadas	-	-	-	455.808	-	455.808
Amortização	-	-	-	(477.001)	-	(477.001)
Encargos financeiros provisionados	-	-	-	-	1.305	1.305
Encargos financeiros pagos	-	-	-	-	(1.299)	(1.299)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	59.807	143	59.950
Emissão de debêntures privadas	178.591	-	178.591	-	-	-
Amortização	(178.591)	-	(178.591)	-	-	-
Encargos financeiros provisionados	-	1.154	1.154	-	1.185	1.185
Encargos financeiros pagos	-	(1.154)	(1.154)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	59.807	1.328	61.135

14.4 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.3):

Vencimento	31/12/2022	
	Consolidado	Controladora
jan/2024 a dez/2024	50.035	1.625
jan/2025 a dez/2025	50.036	1.625
jan/2026 a dez/2026	50.036	1.625
jan/2027 a dez/2027	50.036	1.625
jan/2028 a dez/2028	99.405	3.041
jan/2029 a dez/2033	647.926	20.181
jan/2034 a dez/2036	3.440	1.369
Total	950.914	31.091

14.5 Resumo dos contratos

a. Contrato BNB

A controlada indireta Espra, com interveniência da controlada Enerbrás, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

Com o fechamento da operação de venda mencionada na nota 1.2.1, a dívida relativa a UPI Enerbrás, que em 31 de maio de 2022 ("data base da operação"), correspondia a R\$48.719, foi integralmente transferida para a compradora.



b. Banco Safra

Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Centrais Elétrica Itaparica S.A. – em recuperação judicial (“Itaparica”), a Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”) decretou vencimento antecipado do débito, tendo o Banco Safra, na qualidade de fiador, honrado a integridade da dívida, utilizando R\$6.097 recursos da Companhia aplicados em CDB no mesmo banco e se sub-rogando no saldo remanescente de R\$2.557, listado em nome da FINEP, na Classe III, na lista de credores do plano de recuperação judicial.

Banco Safra ingressou com execução de título extrajudicial fundado na sub-rogação e extraconcursalidade do crédito de sua titularidade, houve bloqueio de R\$ 3.591 e de R\$ 616, valores já levantados pelo Banco Safra. Opusemos as medidas judiciais pertinentes e aguardamos julgamento.

Os patronos do Safra distribuíram cumprimento provisório de sentença (processo nº 0028271-44.2022.8.26.0100), a fim de terem satisfeitos os honorários de sucumbência no montante de R\$337. A Companhia efetivou o depósito judicial do valor em discussão e obteve decisão determinando que eventual levantamento do montante deve ser precedido de caução. Contudo, os advogados interpuseram recurso que reverteu a decisão e liberou o levantamento do montante sem caucionamento.

Na Recuperação Judicial está pendente julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso Especial nº 2088131-82.2021.8.26.0000, que foi remetido ao Supremo Tribunal de Justiça, o qual discute a concursabilidade ou não do crédito, caso seja julgado como crédito concursal a Companhia utilizará as medidas judiciais cabíveis para reaver os valores levantados, bem como para pagamento do crédito nos termos do plano de recuperação judicial em andamento.

c. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A. – em recuperação judicial (“Diamantina”), no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II).

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial (“Alto Sertão”), Diamantina e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vi) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.



d. Outros empréstimos – capital de giro

Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.: Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Diamantina, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a então controladora Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.895 restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.193, bem como um saldo no valor de R\$15.983 (Nota 17) perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados no parágrafo anterior foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal.

Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB, ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, iii) determina o pagamento imediato de R\$10.000, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank, e iv) amortização da dívida com recursos oriundos da venda de ativos.

Conforme previsto nos planos de recuperação judicial, o saldo dos créditos extraconcursais do Citibank serão reajustados a 100% (cem por cento) do CDI, com amortização de juros e principal no mesmo fluxo de pagamento dos créditos dos credores com Garantia Real (Classe II).

Banco BTG Pactual S.A.: em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor do principal da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI. Considerando a natureza extraconcursal do crédito, essa dívida não está sujeita a recuperação judicial e foi quitada com recursos oriundos da venda da UPI Enerbrás (Notas 1.2.1).



15. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a pagar	-	-	2.909	2.922
CSLL a pagar	-	-	1.417	1.079
COFINS a recolher	17	103	600	145
PIS a recolher	3	18	129	25
Tributos sobre folha de pagamento	1.131	1.445	1.315	1.445
Tributos retidos de terceiros	201	858	1.219	3.517
Tributos sobre operações de mútuo	90	77	157	94
Tributos em parcelamento	8.402	10.419	15.761	21.002
ICMS a recolher	-	-	32	72
	9.844	12.920	23.539	30.301
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	-	-	(361)
TOTAL	9.844	12.920	23.539	29.940
Apresentados como:				
Circulante	4.824	5.374	15.509	15.719
Não circulante	5.020	7.546	8.030	14.221
Total	9.844	12.920	23.539	29.940

O saldo referente a tributos em parcelamento da Controladora, no valor de R\$8.402 refere-se a: i) débitos de IRRF sobre as operações de mútuo incluídos no parcelamento simplificado junto à Receita Federal do Brasil no ano de 2019, optando pelo pagamento em 60 prestações, sem redução de juros, cujo saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 1.883, ii) outros débitos de IRRF e IOF sobre operações de mútuo, parcelados junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) em dezembro de 2020, através da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos, cujo saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 905 e iii) parcelamento da controlada Chipley assumido pela Companhia com a incorporação, no montante de R\$5.613.

Em 2019, as controladas Renova Comercializadora de Energia e determinadas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III, incluíram os saldos a pagar de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IOF sobre as operações de mútuo no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.

Em dezembro de 2020, a controlada Renova Comercializadora de Energia parcelou débitos COFINS, IRRF e IOF sobre as operações de mútuo junto a PGFN por meio da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos. O total do montante de débitos parcelados pela controladas segue apresentado na linha de “Tributos em parcelamento” no consolidado no quadro acima.

Os saldos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS a pagar decorrem do resultado tributável apurado e faturamento de venda de energia auferido pelas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III e a Renova Comercializadora.



16. Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado)

	Passivo	
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Eletrobras	-	12.890
CCEE	37.621	36.418
Total	37.621	49.308
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	(12.890)
Total do circulante	37.621	36.418
Não circulante		
Eletrobras	-	13.776
CCEE	38.143	38.870
	38.143	52.646
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	(13.776)
Total do não circulante	38.143	38.870
Total	75.764	75.288

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$34.020 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.3.

CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão dos parques eólicos, calculada conforme parágrafo anterior.

Eletrobrás

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletrobrás, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobrás, sendo a parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia ("MRE"), com efeito iniciando em 2015. A controlada indireta Espra aderiu à repactuação do risco hidrológico referente às suas PCHs, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 14,32 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 16,89 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2022 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

Com o fechamento da operação de venda mencionada na nota 1.2.1, a dívida relativa a UPI Enerbrás, que em 31 de maio de 2022, correspondia a R\$22.178, foi integralmente transferida para a compradora.

16.1 Movimentação

A movimentação está apresentada a seguir:

	31/12/2021	Provisão/ Reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização	Saldos vinculados aos ativos alienados	31/12/2022
Eletrobras	-	1.074	-	(5.562)	-	4.488	-
CCEE	75.288	19.643	7.865	(33.029)	5.997	-	75.764
Total do passivo	75.288	20.717	7.865	(38.591)	5.997	4.488	75.764

	31/12/2020	Provisão/ Reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização	Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	31/12/2021
Eletrobras	-	17.903	-	(7.309)	-	(10.594)	-
CCEE	58.151	-	30.312	(13.455)	280	-	75.288
Total do passivo	58.151	17.903	30.312	(20.764)	280	(10.594)	75.288

17. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		(reclassificado)		
Penalidades Regulatórias ^(a)	-	-	100.250	74.748
Outros ^(b)	163.064	81.905	196.315	117.659
Total	163.064	81.905	296.565	192.407
Transferência de passivo para ativo mantido para venda	-	-	-	(776)
Total	163.064	81.905	296.565	191.631
Apresentados como:				
Circulante	87.203	25.667	167.363	100.520
Não circulante	75.861	56.238	129.202	91.111
Total	163.064	81.905	296.565	191.631



a. Refere-se a valores provisionados em favor da:

- i) ANEEL no montante de R\$61.080 referente as penalidades aplicadas pelo cancelamento das outorgas dos parques eólicos da Fase B do Complexo Eólico AS III, ocorrida em 4 de junho de 2019, em 26 de maio de 2022 o processo foi remetido para Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração (SCG - ANEEL), para apuração da penalidade;
- ii) CCEE no montante de R\$17.938 (R\$13.668, em 31 de dezembro de 2021) referente as penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014. O saldo de 2021 foi publicado pela ANEEL em 17 de outubro de 2022. Em 22 de novembro de 2022 a Aneel em fase recursal proferiu decisão desfavorável ao pleito, razão pela qual, em 12 de fevereiro de 2023, a Companhia, representada pela ABEEÓLICA, distribuiu ação de rito ordinário com pedido de tutela de urgência, a fim de declarar-se a ilegitimidade da aplicação às associadas da exigência de lastro e da penalidade por insuficiência de lastro relativamente à energia de reserva de fontes eólica e solar. Em 03 de fevereiro de 2023 foi deferida tutela provisória de urgência para suspender em relação às associadas das autoras ABEEÓLICA e Absolar, pertinente às contratações relativas à energia de reserva de fonte eólica e solar já celebradas anteriormente à edição da Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020 e/ou decorrentes de leilões ou outros procedimentos licitatórios. A Companhia aguarda manifestação da ANEEL e CCEE;
- iii) ONS no montante de R\$21.232 referente a multa aplicada pelo cancelamento do contrato CUST dos parques eólicos da Fase B do Complexo Eólico AS III, que será pago nos termos do plano de recuperação judicial (Classe III).

b. Refere-se, substancialmente a outras contas a pagar relacionados a:

Descrição	Valor
i) passivo com a AES, que será quitado pelo encontro de contas contra créditos futuros.	43.391
ii) negociação realizada com a Casa dos Ventos*.	25.375
iii) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 14.5 (Classe III).	15.983
iv) valores a pagar relacionados a processos cíveis, que compõem os credores Classe III do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3.	44.284
v) valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento das outorgas, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A.	1.933
vi) ademais, tendo a CEMIG GT deixado de ser parte relacionada da Companhia, os valores relacionados ao DIP e ao Adiantamento para futuro aumento de capital, anteriormente apresentado na rubrica de Partes relacionadas foi transferido para a rubrica de Outras contas a pagar.	65.297
vii) outros.	52
	<u>196.315</u>

Nota (*): Em agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura do Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida e Outras Avenças, sujeito a certas condições resolutivas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. que assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R\$43.000 junto ao Banco BTG Pactual decorrente do instrumento de confissão de dívida firmado entre Companhia e o BTG e em contrapartida de tal assunção, a Companhia cedeu em pagamento o projeto em desenvolvimento denominado Facheiro I. No momento, a maioria das condições precedentes da transação acima foram cumpridas, todavia não foram completamente concluídas, desta forma, a Companhia mantém um saldo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$25.375 em outras contas a pagar, aguardando o cumprimento total das condições precedentes que ainda restam pendentes para a conclusão integral da referida transação.



18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$196.614 (2021, R\$181.068), sendo R\$57.091 (2021, R\$77.988) cíveis, R\$3.517 (2021, R\$7.422) trabalhistas, R\$103.655 (2021, R\$95.094) fiscais, R\$662 (2021, R\$564), administrativas e R\$31.689, regulatório. A seguir apresentamos a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	28.825	8.772	92.291	438	2.500	132.826
Adição	61.451	188	-	-	-	61.639
Atualização	2.090	820	2.816	115	-	5.841
Baixa	(14.636)	(2.400)	-	-	-	(17.036)
Total	77.730	7.380	95.107	553	2.500	183.270
Honorários de êxito	258	42	(13)	11	(2.500)	(2.202)
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	77.988	7.422	95.094	564	-	181.068
Adição ^(a)	30	265	-	6	31.293	31.594
Atualização	3.165	970	8.568	205	-	12.908
Baixa ^(b)	(16.636)	(3.512)	-	(143)	-	(20.291)
Pagamento ^(c)	(4.460)	(1.294)	-	-	-	(5.754)
Total	60.087	3.851	103.662	632	31.293	199.525
Honorários de êxito	(2.996)	(334)	(7)	30	396	(2.911)
SalDOS em 31 de dezembro de 2022	57.091	3.517	103.655	662	31.689	196.614

(a) refere-se substancialmente a constituição de provisão e complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros e detalhada a seguir.

(b) refere-se substancialmente a reversão da provisão anteriormente constituída considerando a revisão e redução do valor das ações cíveis e trabalhistas.

(c) refere-se substancialmente a condenação da Companhia ao pagamento das despesas, custas e honorários advocatícios incorridos pela AES, que totalizam R\$4.537 quitados em 02 de fevereiro de 2022.

Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas:

Prováveis

(i) Cíveis - refere-se basicamente a:

a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto a execução do suposto descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. Diante do acordo firmado entre as partes em 01 de novembro de 2022 a Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos manteve provisão de R\$814, já que R\$ 4.213 foram pagos em 2021 mediante conversão dos créditos em ações. Do saldo remanescente de R\$27.147, a Elite cedeu ao Special Situation Fundo de Investimento Direitos Creditórios não Padronizados R\$24.659, reclassificados para a rubrica de outras contas a pagar e quitado em 02 de fevereiro de 2023, mediante a capitalização dos créditos (nota 31.1).



b) procedimento arbitral promovido pela LightCom Comercializadora de Energia S.A. (“LightCom”) em face da Renova Comercializadora envolvendo o contrato de compra e venda de energia, celebrado entre as partes em 17 de outubro de 2013. A LightCom alega que a distribuição do pedido de recuperação judicial da Renova Comercializadora, em 16 de outubro de 2019, teve o condão de rescindir o Contrato Light I (Cláusula 12.1.1), bem como impor o pagamento da multa prevista na Cláusula 13 e de perdas e danos. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e constituiu provisão de R\$51.682.

Em 15 de fevereiro de 2022, foi proferida a decisão final do procedimento arbitral promovido pela LightCom em face da controlada Renova Comercializadora perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem (“Câmara FGV”) por meio da qual foi reconhecida a rescisão unilateral, pela LightCom, do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 17 de outubro de 2013, correspondente a 33,4 MW médios por mês produzidos por determinados Parques Eólicos do Complexo Alto Sertão III Fase A, destinados ao atendimento do mercado livre.

A Companhia ajuizou Conflito de Competência nº 186210 – SP (2022/0050986-9), a fim de suspender a eficácia da sentença do referido procedimento arbitral. Em 10 de março de 2022 o Superior Tribunal de Justiça deferiu a liminar requerida determinando a reativação imediata do contrato. Em 16 de março de 2023, o Superior Tribunal de Justiça revogou a medida liminar deixando de conhecer o conflito de competência, mantendo-se, por ora, a sentença arbitral que rescindiu o contrato (nota 31.2).

Paralelamente, visando a nulidade da sentença arbitral e a manutenção de contrato essencial ao Plano de Recuperação Judicial, em 16 de maio de 2022 a Companhia ajuizou Ação Anulatória de Sentença Arbitral (processo nº 1048991-15.2022.8.26.0100), tendo a LightCom apresentado defesa e a Companhia réplica. A Companhia aguarda julgamento.

c) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$2.534 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

- (ii) Regulatório - Em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (“SFG”), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.001/2022 a 2.012/2022 i) aplicando aos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014 penalidade de multa editalícia no montante de R\$ 31.293, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga e; ii. b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii.c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desse Despacho para o pagamento da multa constante do item (i).

Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa n. 846/2019; e ii) anulação dos Despachos SFG



n. 2.001 a 2.012/2022. Em 07 de outubro de 2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da agência para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Possíveis

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$409.121 (31 de dezembro de 2021, R\$640.808), sendo R\$395.465 (31 de dezembro de 2021, R\$636.409) cíveis, R\$3.670 (31 de dezembro de 2021, R\$1.519) administrativas e R\$9.986 trabalhistas (31 de dezembro de 2021, R\$2.879), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se:

- a) processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendantes cujo montante total corresponde a R\$393.595 (R\$362.328, 31 de dezembro de 2021) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso.
- b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$15.526 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

18.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

A Diretoria Independente de Riscos e Conformidade tem como missão garantir a observância de normas e procedimentos da Companhia, bem como prezar pelo fortalecimento de uma cultura de integridade baseada em gestão e monitoramento de riscos.

A Companhia teve notícia recente de que um dos inquéritos da Operação denominada “E o Vento Levou”, que se encontrava no Ministério Público Federal, foi encaminhado e acolhido pela Justiça Federal de São Paulo, sendo revertido em ação penal. Vale ressaltar que a Companhia não figura como Ré na ação penal em tela, a qual deve seguir seu curso regular, e tal inquérito diz respeito a situações e pessoas físicas totalmente desvinculadas da atual administração da Renova Energia e muito anteriores à implementação da Diretoria de Riscos e Conformidade

Neste contexto, e como informado nas divulgações de resultados anteriores, foram contratadas à época investigações internas contando com apoio externo independente de consultoria especializada multinacional e renomado escritório de advocacia (“Investigadores Independentes”), juntamente com o Comitê de Monitoramento constituído pelo Conselho de Administração, as quais concluíram que a condução e efetivação



de determinados contratos foram celebrados sem observar os controles internos da Companhia. No entanto, o resultado final de tais investigações acabou por não identificar provas concretas de atos de corrupção ou desvios supostamente praticados pela Companhia, conforme anteriormente divulgado em fato relevante datado de 20 de fevereiro de 2020. Todos os fatos aqui relatados não produzem nenhuma interferência e não tem relação com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Finalmente, vale reforçar que a Companhia continua acompanhando desdobramentos das investigações e segue à disposição das autoridades para colaborar com as investigações ainda em curso.

Atualmente, a Companhia permanece investindo no aprimoramento de seu programa de integridade, bem como prima pela proteção de seu patrimônio e de sua imagem.

Reforçando seu compromisso com a integridade nos negócios, a Companhia tem investido em diversos planos de ação e realizado todos os atos necessários para conservar seus direitos, boa reputação e imagem, a saber:

- i. Aprimoramento de iniciativas voltadas à divulgação e disseminação do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades;
- ii. Projeto de implementação de metas de gestão relacionadas a *Compliance* em todas as diretorias;
- iii. Revisão/implementação de políticas e procedimentos principalmente relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia;
- iv. Monitoramento anual de terceiros de alto risco;
- v. Aprimoramento da estratégia de comunicação e treinamento de colaboradores em temas relacionados ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção e LGPD;
- vi. Conscientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, bem como do Aviso de Privacidade, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor e intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades;
- vii. Projeto de aprimoramento da política de aplicação de consequências e medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;
- viii. Inclusão de cláusulas de integridade e privacidade de dados nos contratos firmados pela Companhia, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta;
- ix. Adesão formal à Política Corporativa Anticorrupção e novo Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal;
- x. Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar *malware* e *ransomware*, bem como estudos e esforços constantes para aprimorar a



segurança da informação, preservando informações confidenciais e estratégicas, bem como conformidade com a LGPD; e

- xi. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia.

Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia e práticas ESG.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso *pipeline* de iniciativas:

- a. Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.
- b. Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais). A Companhia promove a diversidade e atualmente conta com percentual de 52% de mulheres em posições de liderança.
- c. Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores.
- d. Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.
- e. Canal Transparência: é o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

19. Provisão para contrato oneroso

Em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2035. Os contratos estão inclusos



no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que o preço estabelecido nesses contratos é inferior ao preço da energia que está sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia revisou seus cálculos considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI e identificou que não há provisão a ser constituída, (R\$23.465, em 31 de dezembro de 2021), assim a Companhia realizou a reversão da provisão no montante de R\$23.465.

20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Capital social

Em 05 de maio de 2022, Cemig GT concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Companhia ao AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("AP Energias Renováveis"), administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda. (gestora do grupo Angra Partners).

Com a conclusão da transação, a Cemig GT deixou de ser titular de quaisquer ações de emissão da Companhia e, portanto, deixou de ser acionista da Renova.

Ademais, o acionista Sr. Ricardo Lopes Delneri, em transação realizada anteriormente com os acionistas Renato Figueiredo do Amaral e Caetité Participações LTDA (nova denominação social de Caetité Participações S.A., CG II Participações S.A., CG II Fundo de Investimento), alienou a totalidade de suas ações detidas na Companhia, vinculadas ao Acordo de Acionistas, deixando de integrar o bloco de controle, de forma direta e indireta.

Em 29 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de junho de 2022, para capitalização de créditos detidos pela acionista AP Energias Renováveis, nos termos dos planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. O aumento de capital da Companhia foi homologado com o valor de R\$ 789.162, representado por 134.667.698 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 66.552.011 ações ordinárias e 68.115.687 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$4.139.098 (R\$3.349.936, em 31 de dezembro de 2021) dividido em 244.147.746 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 122.073.879 ações ordinárias e 122.073.867 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:



RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de ações	% do Capital social total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle ¹	26.356.007	21,59%	-	0,00%	26.356.007	10,80%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	12,38%	-	0,00%	15.115.371	6,19%
Caetité Participações S.A.	10.356.384	8,48%	-	0,00%	10.356.384	4,24%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	0,72%	-	0,00%	884.252	0,36%
Outros Acionistas	95.717.872	78,41%	122.073.867	100,00%	217.791.739	89,20%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	66.545.129	54,51%	68.107.270	55,79%	134.652.399	55,15%
Caetité Participações S.A.	-	0,00%	406.795	0,33%	406.795	0,17%
Renato do Amaral Figueiredo ²	5.764.804	4,72%	4.777.141	3,91%	10.541.945	4,32%
Ricardo Lopes Delneri	6.917.112	5,67%	14.746.540	12,08%	21.663.652	8,87%
Spectra Volpi Fundo de Investimento em participações Multiestratégia	1.712.178	1,40%	3.424.354	2,81%	5.136.532	2,10%
BNDESPAR	696.683	0,57%	1.393.366	1,14%	2.090.049	0,86%
Outros	14.081.966	11,54%	29.218.401	23,94%	43.300.367	17,74%
Total	122.073.879	100,00%	122.073.867	100,00%	244.147.746	100,00%

Nota 1: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Nota 2: Possui 36.162 ações bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

Em 07 de outubro de 2022, a Administração da Companhia informou em Comunicado ao Mercado o início da 6ª e última Janela de Pedido de Conversão, na qual credores das sociedades do Grupo Renova poderiam manifestar interesse na conversão de seus créditos em ações de emissão da Companhia, nos termos dos planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova. O prazo para manifestação e recebimento do pedido de conversão pela Companhia foi encerrado em 05 de novembro de 2022 e em 02 de fevereiro de 2023 o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia (nota 31.1).

c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

21. Receita líquida

	Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	MWh*	MWh*		
Geração				
Suprimento de energia elétrica - PCHs	49.321	88.490	27.971	45.321
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	737.407	-	91.052	458
Outras receitas				
Operações - comercialização de energia elétrica			102.534	54.637
			221.557	100.416
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(15.154)	(6.604)
Total			206.403	93.812

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.



22. Custos e despesas (receitas)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos serviços				
Compra de energia ⁽¹⁾	-	-	59.800	71.943
Custo da operação				
Serviços de terceiros	-	-	23.291	4.629
Multa sobre ressarcimento (Nota 16.1)	-	-	4.800	-
Seguros	-	-	3.787	220
Repactuação do risco hidrológico	-	-	1.016	2.232
Material de uso e consumo	-	-	241	893
Outros custos	-	-	274	24
	-	-	33.409	7.998
Depreciações e amortizações (Nota 11)	88	84	43.747	84
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust ⁽²⁾	-	-	10.758	676
Taxa de fiscalização	-	-	204	137
	-	-	10.962	813
Total	88	84	147.918	80.838
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	4.589	4.188	24.595	18.613
Serviços de terceiros	9.904	14.795	25.518	33.491
Seguros	938	1.016	4.360	2.909
Telefonia e TI	401	714	3.033	2.817
Viagens	177	26	2.356	1.392
Impostos e taxas	746	607	1.455	1.283
Material de uso e consumo	134	120	561	529
Aluguéis e arrendamentos	33	2	54	207
Contingências cíveis e trabalhistas (Nota 18)	(3.691)	(5.673)	27.337	42.386
Outras despesas	345	143	506	351
	13.576	15.938	89.775	103.978
Depreciações e amortizações (Nota 11)	9.263	1.526	9.907	2.031
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 11.9)	-	-	(819.755)	9.235
Outras (receitas) despesas líquidas				
Multa sobre ressarcimento (Nota 16.1)	-	-	3.065	30.312
Penalidades contratuais e regulatórias ⁽³⁾	-	36.700	25.780	51.868
Tusd/Tust ⁽²⁾	-	-	9.156	15.764
Taxa de fiscalização	-	-	27	171
Licenças e estudos ambientais	-	-	581	359
Contrato oneroso (Nota 19)	-	-	(23.465)	5.130
Provisão (reversão) para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins	-	-	69	7.275
Outras despesas (receitas)	(647)	335	(5.348)	2.789
Total	(647)	37.035	9.865	113.668
	22.192	54.499	(710.208)	228.912

- (1) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela controlada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial.
- (2) TUSD - tarifa de uso do sistema de distribuição e TUST - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de TUST registrados na despesa estão relacionados, principalmente, ao período anterior a entrada em operação comercial dos parques eólicos.
- (3) Refere-se substancialmente a penalidades aplicadas pela (i) CCEE por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014 e (ii) ONS pelo cancelamento do contrato CUST do Alto Sertão III – Fase B (nota 17).

23. Resultado financeiro

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		5.174	2.708	16.795	13.428
Juros sobre debêntures	14.3.b	1.154	-	-	-
Juros - partes relacionadas	25	2.690	111	-	-
Outras receitas financeiras		255	311	1.019	1.179
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira¹		(431)	(147)	(904)	(657)
Total das receitas financeiras		8.842	2.983	16.910	13.950
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	14.3.a	(25.082)	(34.129)	(137.466)	(155.676)
Juros sobre debêntures	14.3.b	(1.185)	(1.305)	-	-
Juros - partes relacionadas	25	(59.864)	(39.563)	(59.779)	(39.538)
Juros		(6.081)	(2.261)	(15.638)	(20.065)
Penalidade antecipação DIP Quadra²		-	(43.186)	-	(43.186)
Custo de captação do DIP		-	(14.392)	-	(14.392)
Perda no investimento		-	(7.936)	-	(7.936)
Atualização monetária contencioso		(11.843)	(5.755)	(12.356)	(5.841)
Juros sobre obrigação de arrendamento	12	(2.709)	(1.809)	(4.228)	(5.315)
Juros sobre provisão para desmantelamento		-	-	(993)	-
IOF		(69)	(10)	(447)	(306)
Outras despesas financeiras		(247)	427	(588)	840
Total das despesas financeiras		(107.080)	(149.919)	(231.495)	(291.415)
Total do resultado financeiro		(98.238)	(146.936)	(214.585)	(277.465)

- (1) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas que são eliminadas no consolidado.



24. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	777.120	30.687	787.926	36.247
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(264.221)	(10.434)	(267.895)	(12.324)
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(1.042)	(5.502)	(3.308)	(5.502)
Resultado da equivalência patrimonial	225.699	(55.008)	-	45.637
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	5.905	2.691
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(3.322)	613	231.825	(5.524)
Prejuízo fiscal e base negativa	42.886	70.331	22.667	(30.538)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	-	-	(10.806)	(5.560)
Taxa efetiva	-	-	1%	15%

A controladora não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	126.135	206.855
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	(781.817)	(988.672)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(655.682)	(781.817)



25. Transações com partes relacionadas

25.1. Controladora

Mútuo⁽¹⁾

Energética Serra da Prata S.A.	-	-	-	23.037	(85)	(25)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	148.810	156.229	-	-	2.690	79	-	-
Subtotal	148.810	156.229	-	23.037	2.605	54	-	-

Partes relacionadas^(4, 5)

AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	-	-	-	787.836	(23.388)	-	-	-
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	-	-	(36.391)	(37.830)	-	-
Ricardo Lopes Delneri	-	-	-	-	-	(1.095)	-	-
Renato do Amaral Figueiredo	-	-	-	-	-	(613)	-	-
Subtotal	-	-	-	787.836	(59.779)	(39.538)	-	-

Rateio de despesa⁽²⁾

Energética Serra da Prata S.A.	-	554	-	-	-	-	(1.449)	(7.080)
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	3.997	2.413	-	-	-	-	(1.584)	(1.899)
Controladas - LER 2013	14.022	4.221	-	-	-	-	(9.801)	(7.479)
Controladas - LER 2014	1.676	967	-	-	-	-	(2.201)	(1.074)
Controladas - ACL (Light I)	19.408	6.360	-	-	-	-	(13.048)	(11.920)
Controladas - ACL (Light II)	-	-	-	-	-	-	-	(75)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	-	-	-	-	-	-	-	(50)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	-	6.124	-	-	-	-	(4.576)	(7.090)
SF 120 Participações Societárias S.A.	1.487	571	-	-	-	-	(916)	(681)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	2.124	816	-	-	-	-	(1.308)	(918)
Subtotal	42.714	22.026	-	-	-	-	(34.883)	(38.266)
Transferência para ativos mantidos para venda	-	(571)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	42.714	21.455	-	-	-	-	(34.883)	(38.266)

- Continua -



- Continuação -

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital⁽³⁾</u>		(reclassificado)		(reclassificado)				
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	-	5.000	-	-	-	-
<u>Outros créditos^(6,c)</u>								
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	1.022	1.022	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	465	465	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	1.820	1.820	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	5	5	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	13.587	13.587	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	13.587	13.587	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	-	-	1.022	1.022	-	-	-	-
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	-	-	533	533	-	-	-	-
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	-	-	536	536	-	-	-	-
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	-	-	535	535	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	-	-	250	250	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	-	-	357	357	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial	-	-	27.253	27.253	-	-	-	-
	30.486	30.486	30.486	30.486	-	-	-	-
Total	222.010	208.170	30.486	846.359	(57.174)	(39.484)	(34.883)	(38.266)

25.2. Consolidado

	Passivo	Resultado financeiro	
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CEMIG Geração e Transmissão S.A.			
TARD ⁽⁴⁾	737.976	(31.772)	(30.787)
Adiantamento para futuro aumento de capital ⁽³⁾	5.000	-	-
Outras operações com partes relacionadas ^(6.a)	49.860	(4.619)	(7.043)
Total	792.836	(36.391)	(37.830)
TARD ⁽⁴⁾			
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	-	(23.388)	-
TARD ⁽⁵⁾			
Ricardo Lopes Delneri	-	-	(1.095)
Renato do Amaral Figueiredo	-	-	(613)
	792.836	(59.779)	(39.538)
Apresentados como:			
<u>Passivo</u>			
Partes relacionadas (Nota 25)			
Circulante	49.860		
Não circulante	742.976		
Total	792.836		

25.3. Movimentação

	Consolidado	Controladora	
	Passivo	Ativo	Passivo
		(reclassificado)	(reclassificado)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.027.772	202.538	1.370.970
Adição	(314)	68.907	(319)
Amortização	-	(54.821)	(1.876)
Encargos financeiros provisionados	39.538	79	39.563
Capitalização dos créditos com partes relacionadas	(274.160)	-	(274.160)
Compensação dos mútuos com dividendos	-	-	(201.379)
Incorporação mútuo Chipley	-	-	(116.926)
Cessão de crédito entre partes relacionadas	-	30.486	30.486
Incorporação mútuo Chipley com Renova Comercializadora	-	134.637	-
Capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital e rateio de despesas	-	(163.272)	-
Transferência do adiantamento para futuro aumento de capital para o investimento	-	(10.000)	-
Transferência para ativos mantidos para venda	-	(384)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	792.836	208.170	846.359

- Continua -



- Continuação -

	Consolidado	Controladora	
	Passivo	Ativo (reclassificado)	Passivo (reclassificado)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	792.836	177.684	815.873
Adição	-	34.591	(16)
Assunção do mútuo da Renova Comercializadora com a ESPRA	-	11.014	11.014
Encargos financeiros provisionados	59.779	2.690	59.864
Reclassificação Outros créditos	-	30.486	30.486
Amortização	(4.064)	(22.834)	(4.064)
Incorporação controlada Bahia Holding	-	(10.700)	-
Capitalização dos créditos com rateio	-	(1.492)	-
Capitalização dos TARDs	(789.072)	-	(789.072)
Compensação dos mútuos com dividendos	-	-	(34.120)
Reclassificação para outras contas a pagar (nota 17)	(59.479)	-	(59.479)
Transferência para ativos mantidos para venda	-	571	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	222.010	30.486

25.4. Resumo das operações

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR.
- (2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.
- (3) Adiantamento para futuro aumento de capital recebido da então controladora CEMIG GT, em 25 de outubro de 2019.

Conforme previsto no plano de recuperação judicial esses valores serão quitados com recursos provenientes da venda da UPI Mina de Ouro. Em 15 de setembro de 2021 a Companhia comunicou ao mercado que devido à falta de interessados, nas ações representativas do capital da SF 120 Participações Societárias S.A., não ocorreu o Leilão por Proposta Fechada da UPI Mina de Ouro.

Considerando que a CEMIG deixou de ser parte relacionada da Companhia, o saldo do DIP e do Adiantamento para futuro aumento de capital foi transferido para a rubrica Outras contas a pagar (nota 17).

- (4) TARDs CEMIG – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a CEMIG GT e a Companhia, referentes aos adiantamentos recebidos pela controlada Renova Comercializadora, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos entre outubro de 2016 e abril de 2019. Com a alteração do controle acionário da Companhia, a CEMIG GT cedeu esses créditos a AP Energias Renováveis que seguiu com a sua capitalização conforme descrito na nota explicativa 20.b.

- (5) TARDs Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados originalmente entre a LIGHTCOM e a Renova Energia, referentes aos adiantamentos recebidos pela controlada Renova Comercializadora, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados



ou suspensos entre março e outubro de 2019. Em 06 de maio de 2021 a totalidade dos créditos detidos por Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo, bem como o valor cedido a terceiros foram capitalizadas.

(6) Outras operações com partes relacionadas:

a. Empréstimos tipo DIP

Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	
Valor	10.000	6.500	20.000	36.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	
Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.578	10.742	32.977	60.297

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total devido, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

b. Debêntures privadas

Como mencionado na nota explicativa 14.2.2 tanto a Companhia quanto a sua controlada Renova Comercializadora emitiu instrumentos particulares de escritura privada de debêntures não conversíveis em ações subscritas respectivamente pelas controladas que integram a Fase B e pela Companhia.

c. Outros créditos

Refere-se substancialmente aos créditos recebidos e cedidos pela Companhia do fornecedor GE Energia Renováveis LTDA para determinadas controladas indiretas com o objetivo de regularizar o contrato para fornecimento, operação e manutenção de aerogeradores para os parques eólicos do Projeto Alto Sertão III – Fase A, cuja quitação se deu em 18 de agosto de 2017.

25.5 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$11.655 e R\$10.245, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.



Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/12/2022					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,42	3,33	5,75	3,25	5,00	14,00
Remuneração fixa acumulada	2.769	2.903	5.672	464	464	6.600
Salário ou pró-labore	2.527	2.535	5.062	464	464	5.990
Benefícios diretos e indiretos	242	368	610	-	-	610
Remuneração variável acumulada	2.578	1.316	3.894	-	-	3.894
Bônus	-	125	125	-	-	125
Provisão Programa de participação no resultado	2.578	1.008	3.586	-	-	3.586
Gratificações variáveis	-	183	183	-	-	183
Benefícios pós emprego	9	-	9	-	-	9
Benefícios motivados pela cessação do cargo	865	287	1.152	-	-	1.152
Valor total da remuneração por órgão	6.221	4.506	10.727	464	464	11.655

	31/12/2021					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,00	3,42	5,42	3,00	5,00	13,42
Remuneração fixa acumulada	2.222	3.061	5.283	336	498	6.117
Salário ou pró-labore	2.054	2.709	4.763	336	498	5.597
Benefícios diretos e indiretos	168	352	520	-	-	520
Remuneração variável acumulada	1.397	1.267	2.664	-	-	2.664
Bônus	291	265	556	-	-	556
Provisão Programa de participação no resultado	1.106	1.002	2.108	-	-	2.108
Gratificações variáveis	-	-	-	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	10	10	-	-	10
Benefícios motivados pela cessação do cargo	361	1.093	1.454	-	-	1.454
Valor total da remuneração por órgão	3.980	5.431	9.411	336	498	10.245

Nota (*): Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP



Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/12/2022				31/12/2021			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	2,42	3,33	3,25	5,00	2,00	3,42	3,00	5,00
Valor da maior remuneração individual	2.020	1.082	81	73	2.687	1.913	144	100
Valor da menor remuneração individual*	251	886	81	73	1.293	681	96	99
Valor médio de remuneração individual	1.906	995	88	71	1.990	1.589	112	100

Nota: o valor da menor remuneração individual de cada órgão foi calculado considerando a exclusão de todos os membros que não exerceram o cargo por todos os meses do período apurado, conforme orienta o Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, o montante de até R\$6.473 para a remuneração global dos administradores paga no período de maio de 2022 a abril de 2023.

No desligamento dos membros da diretoria, além dos benefícios definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, a Companhia poderá efetuar o pagamento de bônus ou gratificação pela cessação do exercício do cargo, conforme o caso.

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.



Controladora

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	249	234.209	249	234.209
Partes relacionadas	73.200	51.941	73.200	51.941
Não circulante				
Aplicações financeiras	278	254	278	254
Partes relacionadas	148.810	156.229	148.810	156.229
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	10.250	33.057	10.250	33.057
Empréstimos e financiamentos	1.425	252.303	1.425	252.303
Partes relacionadas	30.486	80.346	30.486	80.346
Não circulante				
Fornecedores	22.366	31.404	22.366	31.404
Empréstimos e financiamentos	31.091	2.583	31.091	2.583
Debêntures privadas	61.135	59.950	61.135	59.950
Partes relacionadas	-	766.013	-	766.013

Consolidado

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	63.773	354.110	63.773	354.110
Aplicações financeiras	4.282	5.278	4.282	5.278
Contas a receber de clientes	30.367	6.231	30.367	6.231
Não circulante				
Aplicações financeiras	278	254	278	254
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	58.392	115.880	58.392	115.880
Empréstimos e financiamentos	49.939	252.508	49.939	252.508
Partes relacionadas	-	49.860	-	49.860
Não circulante				
Fornecedores	192.924	199.276	192.924	199.276
Empréstimos e financiamentos	950.914	944.957	950.914	944.957
Partes relacionadas	-	742.976	-	742.976



b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

Controladora				
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	249	-	234.209	-
Partes relacionadas	-	73.200	-	51.941
Não circulante				
Aplicações financeiras	278	-	254	-
Partes relacionadas	-	148.810	-	156.229
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	10.250	-	33.057
Empréstimos e financiamentos	-	1.425	-	252.303
Partes relacionadas	-	30.486	-	80.346
Não circulante				
Fornecedores	-	22.366	-	31.404
Empréstimos e financiamentos	-	31.091	-	2.583
Debêntures privadas	-	61.135	-	59.950
Partes relacionadas	-	-	-	766.013
Consolidado				
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	63.773	-	354.110	-
Aplicações financeiras	4.282	-	5.278	-
Contas a receber de clientes	-	30.367	-	6.231
Não circulante				
Aplicações financeiras	278	-	254	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	58.392	-	115.880
Empréstimos e financiamentos	-	49.939	-	252.508
Partes relacionadas	-	-	-	49.860
Não circulante				
Fornecedores	-	192.924	-	199.276
Empréstimos e financiamentos	-	950.914	-	944.957
Partes relacionadas	-	-	-	742.976



c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Valor justo em 31 de dezembro de 2022				
Descrição	Saldo em 31/12/2022	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	64.804	64.804	-	-

Valor justo em 31 de dezembro de 2021				
Descrição	Saldo em 31/12/2021	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	392.147	392.147	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.



d) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 14, possuem como contrapartes o BNDES, Bradesco, Citibank, Itaú, ABC e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

e) Análise de sensibilidade (Consolidado)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de dezembro de 2022, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Baixa do CDI	Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2022	13,65%	13,65%	13,65%
	Aplicações financeiras:	64.804	64.804	64.804
	Taxa anual estimada do CDI para 2023	12,25%	9,19%	6,13%
	Perda anual nas aplicações financeiras	(919)	(2.930)	(4.941)
Alta do CDI	Empréstimos:	1.047.750	1.047.750	1.047.750
	Taxa anual estimada do CDI para 2023	12,25%	15,31%	18,38%
	Perda anual nos empréstimos e partes relacionadas	-	(17.419)	(49.506)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 12,25%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (9,19% a.a.) e 50% (6,13% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e outras operações que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (15,31% a.a.) e 50% (18,38% a.a.).



A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 14.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os planos de recuperação judicial da Companhia e determinadas controladas permitiu alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.3. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota e a entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III que ocorreu durante o exercício de 2022, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

f.1) Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Instrumentos a taxa de juros	Consolidado				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Classe I	1.420	-	-	-	1.420
Classe II	24.077	23.976	287.713	623.378	959.144
Classe III	7.766	7.766	77.660	217.448	310.640
Classe IV	744	-	-	-	744
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	708	708	8.492	18.401	28.309
Total	34.715	32.450	373.865	859.227	1.300.257



g) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

	Nota	Valor contábil Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros			
Circulante			
Contas a receber de clientes	8	30.367	6.231

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

h) Gestão de capital

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(1.000.853)	(1.990.301)
Patrimônio líquido/ (Patrimônio líquido negativo)	910.962	(655.320)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	68.333	359.642
Dívida líquida + Patrimônio líquido (negativo)	(21.558)	(2.285.979)

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

27. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e

preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	777.120	30.687
<u>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	155.230	74.478
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	5,01	0,41
<u>Lucro (prejuízo) diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	155.230	74.478
Lucro (prejuízo) diluído por ação (em R\$)	5,01	0,41

28. Ativos classificados como mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos relacionados a determinados projetos em desenvolvimento foram classificados como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda, em cumprimento dos planos de recuperação judicial. Como as vendas não se concretizaram, os ativos e passivos desses projetos anteriormente classificados como mantidos para a venda, foram reclassificados para as rubricas contábeis originais em 31 de dezembro de 2022.

28.1 Controladora

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>31/12/2021</u>
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	126.213
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.136
Projetos eólicos em desenvolvimento	38.010
Total	177.359
<u>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</u>	<u>31/12/2021</u>
Arrendamentos a pagar	11.457



28.2 Consolidado

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

	SF 120 - Mina de Ouro	Projetos em desenvolvimento	Enerbras	Total
ATIVOS				
CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	5.483	5.483
Aplicações financeiras	-	-	33.379	33.379
Contas a receber de clientes	-	-	6.591	6.591
Tributos a recuperar	-	-	9	9
Adiantamentos a fornecedores	-	-	19	19
Despesas antecipadas	-	-	191	191
Total dos ativos circulantes	-	-	45.672	45.672
NÃO CIRCULANTES				
Cauções e depósitos vinculados	-	-	12.322	12.322
Depósitos judiciais	-	-	270	270
Tributos diferidos	-	-	2.052	2.052
Partes relacionadas	-	-	38.517	38.517
Imobilizado	15.818	110.194	149.580	275.592
Total dos ativos não circulantes	15.818	110.194	202.741	328.753
TOTAL DOS ATIVOS	15.818	110.194	248.413	374.425
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTES				
Fornecedores	-	-	1.079	1.079
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.941	11.941
Tributos a recolher	-	-	361	361
Contas a pagar - Eletrobras	-	-	12.890	12.890
Dividendos a pagar	-	-	27.139	27.139
Partes relacionadas	571	-	554	1.125
Outras contas a pagar	-	-	1.324	1.324
Arrendamentos a pagar	60	3.677	385	4.122
Total dos passivos circulantes	631	3.677	55.673	59.981
NÃO CIRCULANTES				
Empréstimos e financiamentos	-	-	41.749	41.749
Contas a pagar - Eletrobras	-	-	13.776	13.776
Arrendamentos a pagar	788	7.604	10.536	18.928
Outras contas a pagar	-	-	466	466
Total dos passivos não circulantes	788	7.604	66.527	74.919
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	12.938	-	101.955	114.893
Recursos para futuro aumento de capital	20	-	-	20
Reservas de capital	-	-	4.237	4.237
Reserva de lucros	-	-	20.021	20.021
Lucro (prejuízo) acumulado	(393)	-	-	(393)
Total do patrimônio líquido	12.565	-	126.213	138.778
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.984	11.281	248.413	273.678

(*) O saldo dos passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda difere do total dos passivos apresentados no balanço patrimonial acima devido as eliminações das transações com partes relacionadas entre as controladas classificadas como mantidas para venda e a Companhia, no valor total de R\$27.693.



Demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

<u>Demonstração do resultado dos ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>Enerbras</u>	<u>SF120</u>	<u>Total</u>
Receita	43.813	-	43.813
Custos e despesas	(22.706)	(320)	(23.026)
Lucro antes dos impostos	21.107	(320)	20.787
Resultado financeiro	(4.603)	-	(4.603)
Imposto de renda e contribuição social	(1.808)	-	(1.808)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	14.696	(320)	14.376
<u>Fluxo de caixa dos ativos classificados como mantidos para venda</u>			
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	27.604	(320)	27.284
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	15.233	(382)	14.851
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	(12.120)	702	(11.418)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	30.717	-	30.717
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.895	-	6.895
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	37.612	-	37.612
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	44.507	-	44.507

29. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

<u>Risco de operação</u>			
<u>Objeto da Garantia</u>	<u>Importância Segurada</u>	<u>Vigência</u>	
		<u>Início</u>	<u>Fim</u>
Riscos operacionais	R\$ 2.655.000	13/06/2022	13/06/2023
Responsabilidade civil	R\$ 50.000	26/11/2022	30/11/2023
<u>Risco de construção</u>			
<u>Objeto da Garantia</u>	<u>Importância Segurada</u>	<u>Vigência</u>	
		<u>Início</u>	<u>Fim</u>
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 28.268	31/01/2023	31/01/2024
Garantia executante construtor (LIGHT II)	R\$ 40.560	31/01/2023	31/01/2024
Garantia executante construtor (Mercado livre II)	R\$ 20.520	31/01/2023	31/01/2024
Risco de engenharia	R\$ 2.523	30/12/2022	03/04/2023
Transporte nacional	R\$ 183.208	22/06/2022	22/06/2023

Risco de administração e portfólio

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$ 60.000	31/01/2023	31/01/2024
Seguro empresarial dos escritórios	R\$ 2.100	07/11/2022	07/11/2023
Seguro de riscos diversos - equipamentos	R\$ 915	07/11/2022	07/11/2023
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	R\$ 5.000	29/03/2022	29/03/2023

30. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ajuste de avaliação patrimonial		-	24.534	-	24.534
Provisão para perda sobre investimento	10	-	-	(42.515)	-
Aumento de capital em controladas com capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	10.3.2	-	-	-	137.750
Aumento de capital em controladas com rateio de despesas	10.3.2 e 25.3	-	-	12.192	35.522
Aumento de capital em controladas com capitalização de créditos de terceiros - Fornecedor	10.3.2	-	80.716	-	102.290
Aumento de capital em controladas com capitalização de créditos de terceiros - Empréstimos	10.3.2	-	21.574	-	-
Aumento de capital em controladas com ativo imobilizado	10.3.2 e 11.4	-	-	20.928	-
Incorporação de investimento x imobilizado	10.3.2 e 11.4	-	-	76.300	-
Direito de uso - arrendamento	11	6.895	3.857	1.974	796
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	11	(1.484)	15.372	-	550
Efeito da conciliação imobilizado - fornecedor	11	(2.526)	-	-	-
Provisão para desmantelamento	11	22.242	-	-	-
Reclassificação entre Outras contas a pagar e Fornecedor		(89)	-	(59)	-
Reclassificação entre Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e Outras contas	18	(15.842)	(734)	(15.842)	(734)
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros - Partes Relacionadas	22.b e 25.3	(789.072)	274.160	(789.072)	274.160
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros - Outras Contas a Pagar		-	11.106	-	11.106
Outras contas a pagar x partes relacionadas	25.3	59.479	-	59.479	-

31. Eventos subsequentes

31.1 Homologação aumento de capital

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores da Companhia, de forma a efetivar o “6º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da Companhia foi homologado com o valor de R\$ 31.297, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Consequentemente, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 4.170.394, dividido em 249.483.956 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais. Esta capitalização representou uma diminuição do endividamento do Grupo Renova em R\$ 31.235.

31.2 Suspensão da liminar Contrato Light

Em 16 de março de 2023, a Companhia informou ao mercado que, por meio da decisão publicada no Diário de Justiça Eletrônico, na presente data, o Superior Tribunal de Justiça em sede de Conflito de Competência nº 186210 - SP (2022/0050986-9) revogou a medida liminar que visava suspender a eficácia da sentença do procedimento arbitral promovido pela Lightcom Comercializadora de Energia S.A. em face da controlada Renova



Comercializadora, perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem, deixando de conhecer o conflito de competência, mantendo-se, por ora, a sentença arbitral que rescindiu o contrato supracitado. A Companhia está adotando todas as medidas pertinentes para mitigar os impactos da referida decisão.

31.3 Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

* * *

Daniel Gallo
Diretor Presidente

Emanuela Cabib
Diretora Jurídica

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro e de
Relação com Investidores

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
CPF: 947.337.165-91



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

DESTAQUES DO PERÍODO

- ✓ Conclusão de todos os marcos previstos no Plano de Recuperação Judicial:
 - ✓ Entrada em operação do Complexo Alto Sertão III – Fase A com 424,5 MW de capacidade instalada; e
 - ✓ Alienação de todos os ativos previstos no plano.
- ✓ Retomada das obras do Complexo Solar Caetité – 4,8 MWp;
- ✓ Aumento de capital de R\$ 789 milhões quitando a dívida com partes relacionadas da companhia
- ✓ EBITDA de R\$ 1.056 milhões
- ✓ Lucro líquido de R\$ 777 milhões

Videoconferência em português com tradução simultânea para o inglês

Quarta-feira, 29 de março de 2023 – 11h00 (BRT)

Transmissão: Página de Relações com Investidores da Renova Energia – ri.renovaenergia.com.br

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi intenso, desafiador e marcado por importantes eventos que refletiram em mudanças profundas na história recente da Renova Energia. Com um cenário macroeconômico desafiador e instável, alcançamos a meta de cumprir os marcos previstos no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, e como reflexo do projeto de reestruturação e soerguimento do Grupo Renova terminamos 2022 com a entrega de um EBITDA de R\$ 1.056 milhões, lucro líquido de R\$ 777 milhões e uma receita operacional líquida de R\$ 206,4 milhões.

Outro importante evento foi a troca do controle da Companhia, em junho, o fundo AP Energias Renováveis assumiu o controle da companhia com 67% de participação, mantendo a estratégia para cumprir o plano de recuperação, sanar as dívidas, e focar esforços na atuação em geração eólica e solar, com o fortalecimento de compromissos e diferentes iniciativas que englobam aspectos ambientais, sociais e de governança, fundamentais para a manutenção de um negócio sustentável, diverso e inclusivo.

No primeiro semestre, concluímos duas transações de M&A: Enerbrás e Cordilheira dos Ventos, que contribuíram com cerca de R\$ 308 milhões em recursos, que foram destinados para pagamento de credores e despesas operacionais. Em dezembro, a Companhia concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina, atingindo 424,5 MW de capacidade instalada em operação comercial, tal marco possibilitou o Grupo Renova cumprir com o último marco previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Adicionalmente a Companhia revisou as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável do ativo imobilizado relacionado ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Com a entrada em operação comercial do complexo a empresa pôde realizar a reversão, uma vez que a geração de recursos provenientes da venda de energia permitiu promover as atualizações das projeções financeiras com maior segurança.

A recuperação judicial faz parte da nossa reestruturação e tem por objetivo recuperar a saúde financeira da Companhia, bem como preparar uma base sólida e dar segurança para permitir o crescimento sustentável para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios, tendo como base o pressuposto da continuidade.

Encerramos o ano com uma Companhia mais consistente, enxuta e robusta, com resultados ainda mais positivos e uma redução de 50% do seu endividamento em relação ao ano de 2021. Isso permite que possamos nos planejar para o futuro, mirando novas iniciativas de crescimento, embasadas em premissas que permitirão seguir a evolução e o potencial da geração de energia a partir de fontes renováveis na matriz elétrica brasileira.

Este desempenho é resultado da dedicação e comprometimento diário de todas as nossas equipes. O ano de 2023 será igualmente desafiador, com importantes compromissos que ainda deverão ser cumpridos, e a Companhia seguirá com o objetivo de continuar entregando resultados sustentáveis para os nossos acionistas e contribuindo para o desenvolvimento da economia Brasileira de forma inovadora e eficiente.

2. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	2022	2021	Varição
Receita operacional bruta	221.560	100.416	120,6%
(-) Impostos - Pis, Cofins e ICMS	(15.157)	(6.604)	129,5%
Receita operacional líquida (ROL)	206.403	93.812	120,0%
Custos não gerenciáveis	(10.962)	(813)	1248,3%
Custos gerenciáveis	(93.209)	(79.941)	16,6%
Depreciação	(43.747)	(84)	51979,8%
Lucro bruto	58.485	12.974	350,8%
Despesas administrativas	(99.640)	(217.646)	-54,2%
Depreciação administrativa	(9.907)	(2.031)	387,8%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	819.755	(9.235)	n.a
Receitas/Despesas Financeiras	(214.585)	(277.465)	-22,7%
Resultado de equivalência patrimonial	-	134.228	n.a
Ganho/Perda na venda de ativos	233.818	395.422	-40,9%
IR e CS	(10.806)	(5.560)	94,4%
Lucro Líquido	777.120	30.687	2.432,4%
<i>Margem líquida</i>	<i>376,5%</i>	<i>32,7%</i>	<i>343,8 p.p.</i>

O Lucro Líquido do exercício foi impactado, principalmente, pela entrada em operação comercial e pela reversão da provisão do valor recuperável do Complexo Eólico Alto Sertão III.

3. ESTRUTURA ACIONÁRIA

O capital social da Companhia subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$4.139.098 (bruto dos custos de emissão de ações) dividido em 244.147.746 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 122.073.879 ações ordinárias e 122.073.867 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

Renova Energia S.A.						
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	26.356.007	21,59%	-	0,00%	26.356.007	10,80%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. Em Part Multiestratégia	15.115.371	12,38%	0	0,00%	15.115.371	6,19%
Caetité Participações	10.356.384	8,48%	0	0,00%	10.356.384	4,24%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	0,72%	0	0,00%	884.252	0,36%
Outros Acionistas	95.717.872	78,41%	122.073.867	100,00%	217.791.739	89,20%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. Em Part Multiestratégia	66.545.129	54,51%	68.107.270	55,79%	134.652.399	55,15%
Renato do Amaral Figueiredo ¹	5.764.804	4,72%	4.777.141	3,91%	10.541.945	4,32%
Spectra Volpi Fundo de Invest em Part Multiestratégia	1.712.178	1,40%	3.424.354	2,81%	5.136.532	2,10%
Bndespar	696.683	0,57%	1.393.366	1,14%	2.090.049	0,86%

Caetité Participações	-	0,00%	406.795	0,33%	406.795	0,17%
Ricardo Lopes Delneri	6.917.112	5,67%	14.746.540	12,08%	21.663.652	8,87%
Outros	14.081.966	11,54%	29.218.401	23,94%	43.300.367	17,74%
Total	122.073.879	100,00%	122.073.867	100,00%	244.147.746	100,00%

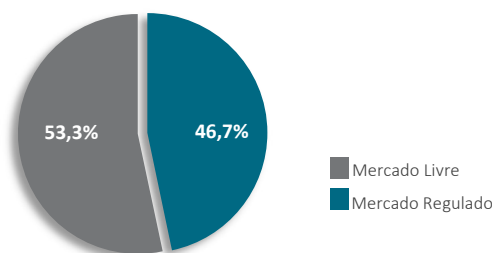
¹possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

Em 07 de outubro de 2022, a Administração da Companhia informou em Comunicado ao Mercado o início da 6ª e última Janela de Pedido de Conversão, na qual credores das sociedades do Grupo Renova poderiam manifestar interesse na conversão de seus créditos em ações de emissão da Companhia. O prazo para manifestação e recebimento do pedido de conversão pela Companhia foi encerrado em 05 de novembro de 2022 e em 02 de fevereiro de 2023 o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 31.297 milhões.

4. PROJETOS DA COMPANHIA

4.1. Operação – Alto Sertão III – Fase A

O Alto Sertão III – Fase A possui 26 parques eólicos, com capacidade instalada de 432,6 MW – 155 Turbinas GE, que teve a conclusão no final do quarto trimestre de 2022. A energia foi comercializada da seguinte forma:



4.2. Projetos em Desenvolvimento

Com relação ao portfólio de projetos em desenvolvimento estimado em 6,5 GW potenciais de energia eólica e 430 MW de energia solar, a Companhia continua realizando investimentos para concluir a regularização fundiária deles, além de investimentos direcionados à obtenção de licenças ambientais, sendo que atualmente 14 projetos eólicos contam com licenças emitidas pelos órgãos ambientais, totalizando cerca 5,9 GW.

5. QUESTÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA – ESG

A Companhia segue comprometida com a transição energética para uma economia de baixo carbono, alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU – Organização das Nações Unidas:



5.1. Meio Ambiente

A Companhia destaca que atua com responsabilidade ambiental em todos os seus empreendimentos e que vem buscando iniciativas e soluções com foco na redução constante dos impactos gerados nas localidades onde atua.

Por isso, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (“PRAD”) implantado e executado pela Renova Energia visa uma melhor regeneração de características naturais e a reintegração da paisagem local de áreas degradadas nos canteiros de obras e adjacências dos Parques Eólicos. A recuperação das áreas torna-se necessária em função dos impactos decorrentes de atividades como terraplanagens para a instalação do canteiro de obras, cortes e aterros para implantação das vias de acessos, escavações em geral, abertura de jazidas de terra, formação de áreas de bota-fora e instalação ou aceleração de processos erosivos no local da obra, entre outras atividades relacionadas à implantação dos aerogeradores e subestações.

5.2. Social

A Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.



No quesito diversidade de gênero, a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais). A Companhia promove a diversidade e atualmente 50% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos uma das ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso pipeline de iniciativas: Relações Comunitárias.

A Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o

desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.

5.3. Riscos e Conformidade

A Diretoria Compliance tem como missão garantir a observância de normas e procedimentos da Companhia, bem como prezar pelo fortalecimento de uma cultura de integridade baseada em gestão e monitoramento de riscos.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos uma das ações corporativas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Nosso Canal Transparência.

É o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

6. GLOSSÁRIO

Complexo Alto Sertão III Fase A (“AS III – Fase A”) – 26 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013, LER 14 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 432,6 MW.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

ESPRA – Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta da Renova e composta pelas 3 PCHs da Companhia

LER - Leilão de Energia de Reserva

Mercado Livre - Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização

Mercado Regulado - Ambiente de contratação de energia elétrica onde as tarifas praticadas são reguladas pela ANEEL

PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas

PPR – Programa de Participação de Resultados

ESG - a sigla em inglês para "environmental, social and governance" (ambiental, social e governança, em português), geralmente usada para medir as práticas ambientais, sociais e de governança de uma empresa

ONU – Organização das Nações Unidas, ou simplesmente Nações Unidas, é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 381/03, divulgamos que no período findo em 31 de dezembro de 2022 os auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes (“BDO”) que prestam serviço para a Companhia e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independente.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Daniel Gallo
Diretor Presidente

Emanuela Cabib
Diretora Jurídica

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **RENOVA ENERGIA S.A.** – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, **o relatório, sem ressalvas**, e os esclarecimentos recebidos dos auditores independentes da BDO RCS Auditores Independentes, **os membros do Conselho Fiscal opinaram, por unanimidade, que as demonstrações financeiras estão aptas a serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.**

São Paulo, 28 de março de 2023

Márcio Hideyuki Momo
Presidente do Conselho Fiscal

Membros do Conselho Fiscal:

Márcio Hideyuki Momo

Vitor Medeiros Dias Cardoso de Oliveira

Mauricio Rocha Alves de Carvalho

Paulo Mauricio Mantuano de Lima

Olavo Fortes Campos Rodrigues Júnior